



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Elites Económicas Portuguesas: um estudo de caso sobre a família mais rica de Portugal.

Andreia Sofia Fernandes Egas

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor Nuno Filipe Pombo Soares Nunes, Professor Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

**Elites Económicas Portuguesas: um estudo de caso sobre
a família mais rica de Portugal.**

Andreia Sofia Fernandes Egas

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor Nuno Filipe Pombo Soares Nunes, Professor Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2024

Agradecimento

Endereço um agradecimento ao meu orientador, Professor Nuno Nunes, por toda a solidariedade, respeito, encorajamento e paciência que demonstrou para comigo ao longo desta jornada.

Resumo

As elites económicas são um pequeno estrato da população que detém um conjunto de características particulares: a nova sociologia das elites defende que a elite dos muito ricos ocupa o vértice da estrutura de classes, formando uma classe social forte e distinta não só devido ao seu capital económico, mas também ao seu capital político e cultural (Hey, Grimaldi-Christensen e Savage, 2017; Heilbron *et al.*, 2018).

O objetivo desta dissertação é compreender a relação entre elites económicas e políticas, elite do poder e classe dominante, de que forma se relacionam para atingirem os seus fins, utilizando para o efeito um estudo intensivo sobre um exemplo demonstrativo dessa elite. A metodologia a utilizar será de natureza qualitativa, cuja estratégia centrar-se-á sobretudo na pesquisa documental e na análise de arquivos, através de um estudo de caso sobre a família mais rica de Portugal, a Amorim; usando as técnicas necessárias disponíveis para essa observação intensiva e em profundidade, como análise de entrevistas, pesquisa na imprensa escrita de material relevante, e ainda pesquisa de relatórios, registos e documentos oficiais sobre as variáveis socioeconómicas a observar. Esta dissertação pretende ser um contributo para o parco estudo das elites em Portugal ainda realizado, trazendo para a contemporaneidade a atualidade do estudo das mesmas e a pertinência da análise da sua ação sobre a demais sociedade.

Palavras-chave: elites económicas, dominação de classe, classes sociais, poder.

Abstract

Economic elites are a small stratum of the population that has a set of particular characteristics: the new sociology of elites argues that the elite of the very rich occupies the apex of the class structure, forming a strong and distinct social class not only due to their capital economic, but also to its political and cultural capital (Hey, Grimaldi-Christensen and Savage, 2017; Heilbron et al., 2018).

The objective of this dissertation is to understand the relationship between economic and political elites, power elite and ruling class, how they relate to achieve their ends, using for this purpose an intensive study of a demonstrative example of this elite. The methodology to be used will be qualitative in nature, whose strategy will focus mainly on documentary research and archive analysis, through a case study on the richest family in Portugal, Amorim; using the necessary techniques available for this intensive and in-depth observation, such as analysis of interviews, research in the written press for relevant material, and even research into reports, records and official documents on the socioeconomic variables to be observed. This dissertation aims to be a contribution to the limited study of elites in Portugal that has still been carried out, bringing to contemporary times the current study of them and the relevance of analyzing their action on other society.

Keywords: economic elites, class domination, social classes, power.

INDICE

Agradecimento.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
1.1. Elites económicas.....	4
1.2. Dois sistemas, e um terceiro pelo meio	4
1.3. Ressurgimento dos estudos de elites e os seus precedentes.....	7
1.4. Reprodução familiar das elites	10
1.5. Classe Dominante ou Classe de Elite.....	11
1.6. Estrutura do Poder.....	12
2. METODOLOGIA.....	14
2.1. Família Amorim - A mais rica de Portugal. Construção da Amostra.....	14
2.2. Métodos e técnicas.....	17
2.2.1. Pesquisa histórica/Análise de arquivos e outras fontes documentais.....	17
2.2.2. Prosopografia.....	18
3. TRAJETÓRIAS.....	20
3.1. TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AMORIM NO ESTADO NOVO.....	22
3.2. TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AMORIM EM DEMOCRACIA.....	26
3.2.1. A concentração do poder económico.....	36
3.2.2. Influências políticas e relações políticas.....	37
CONCLUSÃO.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	43
OUTRAS FONTES.....	45
ANEXOS.....	48

INTRODUÇÃO

Portugal assistiu a um processo de mudança socioeconómico nas últimas cinco décadas no que diz respeito à constituição de um grupo restrito de pessoas que detém o poder económico. O papel que essas pessoas ocupam dentro das maiores empresas portuguesas e, por sua vez, dentro dos principais grupos económicos portugueses também se alterou. Para esta dissertação, mais do que o papel, interessa apreender os processos de formação dessa elite, as circunstâncias e as relações sociais de poder que foram (e são) indissociáveis do processo de constituição dessa elite económica, e, concomitantemente do nosso estudo de caso, a família de Américo Ferreira Amorim (1934-2017).

Para tal, será feita uma análise histórica dos agentes do poder económico nos dois momentos políticos da contemporaneidade portuguesa, o Estado Novo e a Democracia.

O objeto de estudo irá centrar-se na família mais rica de Portugal, e nas ações encetadas pelo industrial Américo Ferreira Amorim. A família de Américo Amorim detém, atualmente, um dos maiores Grupos Económicos portugueses, sendo que o património público de Américo Amorim figurou durante seis anos consecutivos na lista dos mais ricos da Forbes; em Portugal figurou vários anos como o homem mais rico do país.

Após a sua morte em 2017, a detentora da maior fortuna em Portugal é Maria Fernanda Amorim, viúva de Américo Ferreira Amorim, que subiu 34 posições na lista dos mais ricos da Forbes no ranking de 2022. Desta forma, a abrangência temporal de investigação focar-se-á tanto no período do Estado Novo, como no período democrático, comparando ambos os sistemas no que diz respeito ao poder das elites económicas, como estas foram criadas, e as suas relações institucionais com os diversos agentes políticos nos dois períodos históricos.

Partiremos da premissa de C. Wright Mills, com a obra *A Elite do Poder* (1956), onde afirma: “o poder não pertence a um homem. A riqueza não se centraliza na pessoa do rico”. Tal recorda-nos que as elites são hierarquias de Estado, empresas e exército e que têm, na contemporaneidade, uma importância sem antecedentes na história humana. No topo dessa estrutura situam-se os pontos de comando da sociedade moderna, que nos oferecem a chave sociológica da compreensão do papel das elites dominantes. São as que têm acesso aos postos de controlo das principais instituições, económicas ou políticas. É através desses lugares do poder institucional que as pessoas realmente poderosas, são, em primeiro lugar, poderosas. Ter poder exige, por isso, o acesso às principais instituições, uma vez que as

posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor (Mills, 1956: 18-20).

O World Elite Database (WED) é um projeto recente de investigadores de todas as regiões mundiais, cujo propósito é, de forma cooperativa, recolher dados e elaborar análises sobre as populações de elite em todo o mundo. De maneira a tornar os dados comparáveis entre países e a assegurar o necessário rigor científico foi estabelecida uma metodologia comum a todas as equipas de investigação nacionais, assim como os critérios de seleção, que serão explicitados no capítulo sobre a metodologia. No Relatório Metodológico World Elite Database, Construção da População de Elite Económica para Portugal (2024), é apresentada a composição da elite económica portuguesa. É a partir desses dados que se apurou a pessoa mais rica de Portugal. A pessoa é Fernanda Amorim e família (concretamente as três filhas do casal). Os dados da referida investigação são referentes a 2020.

O objetivo central desta dissertação é compreender a relação entre elites económicas e políticas, de que forma se relacionam para atingirem os seus fins, utilizando para o efeito um estudo intensivo sobre um exemplo demonstrativo dessa elite. Os objetivos inerentes são:

- Explicitar, de forma rigorosa, a credibilidade das fontes que permitiram determinar o presente objeto de estudo; essencial para se apreender a dinâmica mas também as dificuldades inerentes de pesquisa sobre elites económicas;
- Investigar em que medida é que elite económica e elite política se distinguem da *elite do poder* (Wesolowski, 1977);
- Compreender as condições subjetivas e objetivas das relações institucionais entre as duas elites nos respetivos períodos;
- Por último, perceber de que forma a modernidade e o atual contexto histórico são criadores de ambientes facilitadores e/ou constrangedores para o crescimento dos grupos económicos, e concomitantemente para a evolução da fortuna das pessoas que ocupam esse lugar de elite.

A metodologia a utilizar será de natureza qualitativa, cuja estratégia centrar-se-á sobretudo na pesquisa documental, através de um estudo de caso sobre a família Amorim e de uma observação intensiva e em profundidade, usando as técnicas necessárias disponíveis, como análise de entrevistas, pesquisa na imprensa escrita de material relevante sobre o objeto de estudo, e ainda pesquisa de relatórios, registos e documentos oficiais sobre as variáveis socioeconómicas a observar. Para o efeito, como elemento estruturante, será criada uma biografia/historiografia do objeto de estudo.

Importa referir que, pese embora o objeto de estudo seja a família mais rica de Portugal, as variáveis a observar não se prendem somente com os valores de fortuna e riqueza, mas com questões de poder e influência sobre a macroeconomia da sociedade portuguesa. A família Amorim é, hoje, detentora de um dos maiores Grupos Económicos portugueses, com participações em dezenas de outras empresas, em Portugal e no estrangeiro (nas áreas do imobiliário, banca e hotelaria), detendo, inclusive, o monopólio no setor da cortiça (a nível mundial) e da energia (a nível nacional). O facto de Américo Amorim ter sido a única figura portuguesa a figurar na Forbes, e agora Fernanda Amorim, conjuntamente com as implicações socioeconómicas que as suas empresas trazem para o conjunto da população portuguesa e para o Estado português, fazem desta família um objeto de estudo com interesse sociológico.

Esta dissertação irá estruturar-se em cinco partes além da “Introdução”, sendo elas: “Enquadramento Teórico”, “Metodologia”, “Trajetória da família Amorim no Estado Novo”, “Trajetória da família Amorim em Democracia” e “Conclusão”. No “Enquadramento Teórico”, serão expostos conceitos como classe e elite, assim como uma tentativa para dirimir o pressuposto da sua separação epistemológica utilizada na sociologia clássica. *Classe dominante, elite do poder e campo do poder* confluirão na opção da abordagem conceptual a utilizar, em que elite económica, poder político, reprodução e mudança social foram determinantes para apreender como a família Amorim se tornou a mais rica de Portugal e uma das mais influentes. No segundo capítulo, irão ser expostas as opções metodológicas, primeiramente irá ser apresentado o método de recolha de dados de elites portuguesas, que nos permitiu chegar ao nosso objeto de estudo. Seguir-se-á uma análise de arquivos e de outras fontes documentais guiada por uma biografia/historiografia do objeto de estudo. Nos subcapítulos “Trajetórias no Estado Novo” e em “Democracia” serão apresentados dados que partirão da biografia de Américo Amorim para cada época, onde é relacionada cada mudança ou acontecimento da sua vida com as variáveis que observamos: a evolução em termos económicos da sua fortuna; o historial do Grupo Económico Amorim; as interações que os diferentes ministérios e legislaturas tiveram com o Grupo. Por fim, na “Conclusão”, pretende-se compreender de que forma as políticas públicas, independentemente do período político, são ou não determinantes para a criação não só de milionários, mas de agentes do poder económico.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Elites económicas

Louçã, Costa, e Lopes (2014) referem-se à elite económica como “Os Burgueses”, para se dirigirem ao conjunto de pessoas que, no atual sistema de produção social capitalista, detém o capital económico, fazendo de si a classe dominante. A distribuição da riqueza e o seu modo de obtenção deriva de uma consequência da divisão da sociedade em classes. A elite burguesa é aquela que é proprietária dos meios de produção e, como tal, proprietária dos resultados da produção, tanto dos produtos (bens e serviços) como dos recursos necessários à renovação da produção. Independentemente daquilo que os capitalistas produzem, importa mais o que retiram do rendimento do capital que investiram, o lucro. Na sistematização desta lógica, não é assim tão importante o negócio que é dirigido, mas o retorno do investimento de capital que é aplicado, o gerar de mais capital, impulsionando o processo de produção capitalista e de sobreacumulação de capital.

Louçã, Costa, e Lopes (2014), explanam como as elites económicas e políticas em Portugal são um produto do Estado, edificadas no século XX, primeiramente moldadas durante o período do Estado Novo, e, que, solidificadas no regime democrático, têm vindo a beneficiar dos processos de (re)privatização das principais instituições empresariais e das transformações estruturais que tiveram início no final da década de 80. Torna-se necessário compreender algumas das histórias mais demonstrativas de famílias que dominaram a economia portuguesa, como essa classe se reproduziu até aos dias de hoje, mas também compreender de que maneira o Estado interveio.

Indissociável dessa intervenção é a cooperação entre a esfera económica e política (de Estado), ou seja, o mapeamento das redes de relações profissionais e sociais entre governantes e administração de empresas, no seio dos grandes Grupos Económicos, onde se situa o objeto deste estudo, as altas elites económicas, correspondendo a 0,01% da população portuguesa (Louçã, Costa, e Lopes, 2014).

1.2. Dois sistemas, e um terceiro pelo meio

Mónica, em *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, refere-se ao modelo económico do Estado Novo sintetizando-o nas suas principais características: monopólios, mercados coloniais, protecionismo e o acesso ao poder político como condição essencial. Para se referir ao capitalismo monopolista de Estado, escreveu:

"Durante o longo reinado Salazarista, foi-se constituindo um patriciado de Estado, assente em monopólios internos, mercados coloniais cativos, protecção alfandegário e uma força política capaz de lhe assegurar mão de obra barata. O acesso ao poder político, que decidia coisas tão importantes como quem podia montar uma fábrica, importar matérias-primas ou exportar produtos, passou a ser decisivo" (Mónica, 1990: 22).

Joaquim Croca Caeiro, citando Adriano Moreira, ministro do Ultramar de Salazar, relativamente ao entrosamento entre agentes económicos e políticos refere que a articulação entre poderes passou a ser fundamental, de modo que:

"os poderes paralelos, mas que eram reais, especialmente na área protegida pelos condicionamentos económicos, com uma visível manifestação na circulação de pessoal dirigente entre o poder político e as administrações privadas, tinham uma capacidade directiva que não se deixava desafiar impunemente, contribuindo largamente para a falta de autenticidade do Estado" (2004: 28).

E ainda: *os subsídios para fundos de propaganda eleitoral, a concessão de posições privilegiadas na comunicação social, a circulação dos postos políticos para as administrações das empresas fazem parte dos meios tornados públicos* (2004: 28-29). Era assim, através do condicionamento industrial, que o crescimento dos Grupos ocorria, independentemente dos setores para onde fossem direcionados, com a particular vantagem de que os seus financiamentos revelavam acesso a condições privilegiadas, porque eram realizados através de ligações aos bancos que neles se integravam (como a CUF e Champalimaud) ou pelos quais eram dirigidos (BPA, BESCL, BBI, Pinto de Magalhães) (Caeiro, 2004: 528). É após a II Grande Guerra que Portugal tenta mudar o seu contexto económico, muito pobre à data, com o surgimento de uma elite precursora fora do setor bancário ligada à indústria e à distribuição de energia.

Voltando a como as elites económicas (ou elites burguesas), foram criadas sob a tutela do Estado no dealbar do século XX, é o poder do Estado que formou o poder económico, que cria legislação específica para o setor económico e financeiro e que atribui ou não condições favoráveis à sua existência e sucesso, precisamente com a já citada Lei do Condicionamento Industrial, de 1931. No regime democrático as privatizações assumem centralidade no recrudescimento das elites, principalmente a partir de 1989, assim como a criação de legislação nas áreas económicas, fiscais e laborais que tendem a beneficiar diretamente os grandes Grupos Económicos, assim como o Estatuto de Benefícios Fiscais (Rosa, 2014). Doravante irá utilizar-se o termo de reprivatização, uma vez que privatização é partir do pressuposto que essa ação é feita pela primeira vez, sendo que o que aconteceu com as

primeiras leis de privatização da democracia liberal foi que as privatizações ocorridas (e algumas ainda em curso) foram (e são), no fundo, um processo de privatização das empresas do então Grupo Estado, que tinha tornado públicos os setores estratégicos nacionais, até então nas mãos dos Grupos Económicos protegidos pelo e no Estado Novo.

Entre o Estado Novo de Salazar e Caetano e o período que procede imediatamente o 25 de Abril de 74 até agora, a sociedade portuguesa sofreu outro período nesse hiato, que embora breve, causou transformações substanciais do ponto de vista da estrutura económica, entretanto invertidas. Era o período revolucionário em curso, que com a duração de 14 meses, deu origem à criação do Grupo Estado, nacionalizando as empresas pertencentes aos oito grupos económicos existentes à data (Caeiro, 2004: 329). Foi criado o Instituto de Participações do Estado (IPE), sendo que foi através da Lei de Delimitação do Sector Público, que reservou ao Estado o domínio da maior parte das empresas, da química à petroquímica, à construção, reparação naval, cimentos, celuloses, refinação de petróleos, tabaco, cerveja, energia elétrica, etc. A exceção foram as empresas com capital externo, como a Lisnave e a CELBI, cuja nacionalização afetou apenas o capital detido por nacionais (Caeiro, 2004: 421).

Após as reprivatizações, os setores estratégicos voltaram a ser dominados pelos *Grandes Grupos, em alguns casos distintos dos grupos originais*. Dá-se a emergência de novos protagonistas, como Américo Amorim e Belmiro Azevedo; outros grupos de outrora, como os Burnay, Pinto de Magalhães e Cupertino de Miranda são desagregados (Louçã, Lopes e Costa, 2014: 96).

Hoje, o Código do IRC, no seu art.º 14, dispõe que entidades residentes em outros países da União Europeia, com participações iguais ou superiores a 10% no capital de empresas a operar em Portugal, estão isentas em Portugal de qualquer pagamento de impostos em relação a dividendos distribuídos. A título de demonstração para esta dissertação, a Amorim Energia, com uma participação superior a 33% no capital da GALP é um exemplo prático da aplicabilidade do artigo citado e do não pagamento de impostos em relação a dividendos distribuídos daquela que é uma das maiores empresas portuguesas, e que detém o setor estratégico da energia (Rosa, 2014: 132). E de como a elite económica beneficia do poder político vigente para se manter no topo da hierarquia social, e vice-versa, uma vez que as decisões políticas fundamentais têm sido condicionadas pelos seus interesses (Rosa, 2014: 149).

1.3. Ressurgimento dos estudos de elites e os seus precedentes

Se as elites são caracterizadas, em primeiro lugar, por serem compostas por um estrato muito específico, limitado e restrito da população, não o são apenas devido aos círculos sociais onde se movimentam, uma vez que o poder que possuem e emanam está amplamente relacionado com as instituições, é moldado e exercido através delas (Denord, Palme e Réau, 2020). Aceder a posições dominantes exige um esforço constante de adequação a um determinado conjunto de padrões, valores e comportamentos esperados, independentemente da natureza do poder, de onde se destacam dois processos: diferenciação e hierarquização (*Ibidem*, 2020). A primeira, para que a elite se destaque não só do conjunto de indivíduos, bem como de entre aqueles com quem concorrem; a segunda, porque é necessário para a sua existência uma organização societal onde a diferença de distribuição de *capitais* herdados ou adquiridos seja moldado à aceitação *a priori* pela maioria dos indivíduos.

Se para Foucault, a análise do poder não pode ser estritamente uma questão de política ou economia, por estar em toda a parte e momento de qualquer constructo social, para as correntes marxistas, é admitido que o poder pressupõe uma distribuição desigual entre os agentes, que ocupam pontos específicos no espaço social, que a classe dominante, no capitalismo, detém não só as terras, mas também os meios de produção material, ocupando uma posição determinante na ordem política e ideológica. Desta forma, as teorias da elite do poder foram desenvolvidas por contraponto a essa análise. Mosca e Pareto *naturalizaram o poder*, partindo do pressuposto que em todos os modelos sociais terá obrigatoriamente de existir duas classes de pessoas, a classe que governa e a que é governada. *Naturalmente*, a primeira classe é pouco numerosa e detém a característica de exercer funções políticas, monopolizar o poder e gozar das vantagens obtidas através desse poder, enquanto a segunda classe, a numerosa, é controlada e dirigida pela primeira, de forma *mais ou menos arbitrária e violenta* (Denord, Palme e Réau, 2020). Sendo que, para estes autores, a democracia liberal não apenas é criada e sustentada por essa elite, como depende dela (Heilbron *et. al.*, 2018). Pareto propõe que se analisássemos os indivíduos através de uma catalogação por índices, cada um deles receberia uma avaliação, de zero a dez, consoante as suas capacidades de desempenhar um papel social que lhe atribuisse maior vantagem (Cruz, 2001). Os indivíduos que conseguissem uma nota mais elevada na sua área de atividade seriam os pertencentes à elite, sendo que os números de escalas e notas seria algo dependente do critério do investigador, e por isso, subjetivo e arbitrário. Para ambos os autores é o conjunto de características individuais do agente que determina a sua pertença à elite, sendo que Mosca acresce a essa teoria o valor militar, nascimento e mérito pessoal, ao

passo que Pareto vinculou diretamente a riqueza e a pertença à classe dominante (Denord, Palme e Réau, 2020: 2-4). Para Mosca, a grande característica da elite é ser *capaz de se organizar*, quando comparada com as massas. Raymond Aron, a partir do trabalho de Pareto, realizou uma distinção entre *elite*, *classe política* e *classe dominante* (Denord, Palme e Réau, 2020: 4).

Denord, Palme e Réau (2020) sugerem que a implicação dessas primeiras teorias da elite tiveram um impacto considerável sobre a sociologia, ao reificar a existência de uma minoria mais talentosa do que a restante população, ou seja, a naturalização da existência de hierarquias como algo necessário, e, por isso, parte do que é a norma, institui-se a sua legitimidade dentro deste campo de estudo. Ao ir de encontro à análise marxista do poder, nas democracias liberais, é ponto assente que a competição quer entre indivíduos, quer entre organizações representa toda uma variedade de interesses, fundamental para uma forma de equilíbrio contra a captura do Estado (2020: 4). Norbert Elias contesta também as teorias marxistas, argumentando que as fontes de poder são *polimorfos*:

"Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles de nós, mais dirigidos pelos outros do que eles por nós, eles têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes deles pelo uso da força nua ou por nossa necessidade de ser amado, nossa necessidade de dinheiro, cura, status, carreira ou simplesmente excitação" (Elias, 1978, apud Denord, Palme e Réau Elias 2020, p. 4).

Para Elias, as interdependências são importantes, mas não são hierarquizadas. Enquanto que outras correntes discordam de Marx, ao evidenciar a necessidade de observar as interações entre governados e governantes para demonstrar os recursos em ambos os lados (2020: 4), se atendermos ao conceito de sociabilização de Durkheim, através do que ele apelida de fenómeno da *regulação*, constatamos que *cada pessoa está então, pelo menos, em geral, em harmonia com sua condição, e deseja apenas o que pode legitimamente esperar como a recompensa normal de sua atividade* (Denord, Palme e Réau, 2020: 5). Com isto convida-nos a participar num jogo social onde a injustiça é a regra, uma vez que cada indivíduo está em harmonia com a sua condição, desejando e aceitando o que legitimamente pode esperar como recompensa normal da sua atividade (Denord, Palme e Réau, 2020).

O tema das elites, económicas ou outras, não é um campo de investigação novo nas ciências sociais. Revela, na disciplina sociológica, âncora numa tradição clássica inspirada em autores como Mosca, Pareto e Michels, em que as características do agente se suplantam a condições objetivas e materiais de dominação social. Mosca atribui à elite a vantagem de ser uma minoria organizada, e não a de ser proprietária dos meios de produção e exploração.

A inclusão e participação neste grupo não é hereditária, mas circula, no que Pareto chama de *circulação de classe eleita*, em que o estrato superior, a classe eleita se reparte em duas: a *classe eleita de governo* e a *classe não eleita de governo* (Heilbron *et. al.*, 2018; Cruz, 2001). Estas teorias, enquadradas no funcionalismo, eram as únicas em voga até 1968, altura em que começaram a surgir outras abordagens. A necessidade de uma perspetiva diferente sobre o assunto está relacionada com uma série de movimentos civis e geopolíticos que tiveram lugar, assim como alterações ao nível do aumento das desigualdades económicas, resultado do sucesso da implementação de políticas neoliberais um pouco por todo o globo. As raízes do renascimento dos estudos de elites remontam a esta época, à *dupla crise do assentamento do pós-guerra que se manifestou durante a década de 1970. A primeira crise, associada ao movimento pelos direitos civis, à oposição à Guerra do Vietname, à Nova Esquerda e à contracultura da década de 1960* (Heilbron *et. al.*, 2018: 5).

Savage e Nichols (2018: 297), sustentam mesmo que os dias de glória de C. Wright Mills, dos anos 50 e 60 do século passado, foram postos na ribalta, colocando as antigas teorias de elites em suspenso. É neste enquadramento que Pierre Bourdieu desenvolve uma abordagem distinta para as questões de poder e formação de elites. Através da reconceptualização das relações de poder, amplia e diferencia a noção de *capital*, enfatizando o capital cultural, social e simbólico. Essa diferenciação de recursos conduz a uma análise tridimensional do espaço social e das classes sociais (Bourdieu, 2006), diretamente relacionada com a forma como os indivíduos acumulam os seus recursos, não somente por um cálculo racional, mas por disposições socialmente herdadas e adquiridas. Desta forma, Bourdieu, enceta a conceptualização de *campo do poder*, não por contraponto, mas em correntes próximas das de Marx, com a *classe dominante*, e de Mills, com a *elite do poder* (Heilbron *et. al.*, 2018).

Heilbron *et al.* (2018) assumem que a transformação económica ocorrida nesse período é explicada parcialmente através de um conjunto de mudanças geradas pelo Consenso de Washington, assim como um considerável aumento da remuneração dos executivos, favorável ao crescimento da desigualdade económica. É feita a observação de que em 1965, os CEOs americanos ganhavam mais de 40 vezes o salário médio de um operário fabril; trinta anos depois esse valor subia para mais de 400 vezes (O'Sullivan, 2000, *apud* Heilbron *et al.*, 2018).

É nos anos 80 que surge a ideia de maximização do valor do acionista nos EUA, tendo alaistrado-se de seguida à Europa. Quando antes a retenção de uma proporção dos lucros

para investimentos assegura os lucros futuros, as empresas foram reduzidas e uma proporção crescente dos lucros foi distribuída aos acionistas, tanto diretamente (através de dividendos), como indiretamente (através da recompra de ações) (Heilbron *et. al.*, 2018). Essa ocorrência prende-se com a alteração de um capitalismo de gestão do pós-guerra para um capitalismo acionista altamente financiado, conduzindo a um forte aumento das desigualdades de rendimento e de riqueza que exponencia o crescimento da elite burguesa, em que os seus privilégios e poder ressurgiram no debate público e na investigação académica.

1.4. Reprodução familiar das elites

A riqueza provinda do passado progride mecanicamente mais depressa que a riqueza produzida pelo trabalho, argumenta Piketty (2014: 566) para se referir ao processo de acumulação e de concentração de património dos indivíduos provenientes da herança. Assim, o capital económico herdado é *a priori* uma condição para a reprodução de desigualdades, revestindo-se como um privilégio para constituição e pertença à elite. Glucksberg (2018) ao estudar o papel de género na reprodução da elite revela-nos como as elites contemporâneas não são estáticas, mas dinastias em constante formação, que devem ser pensadas em termos de longo alcance. Embora o capital económico seja determinante para o processo de formação de elites, outros capitais como o social, educacional e simbólico não devem ser desprezados, embora não seja o somatório destes que produzem um membro de elite. A autora apelida o processo como *forjar dinastias duradouras*, ou seja, é preciso preparar o membro da família para essa pertença, preparar a criança para saber lidar não só com o dinheiro, mas com o que vai herdar, na altura própria. Assim, as transferências entre gerações são o elemento chave não só das desigualdades sociais, mas um garante de que a riqueza não é redistribuída, sendo acumulada no seio de uma pequena elite económica descrita muitas vezes como os “1%” ou os “super-ricos” (Glucksberg, 2018: 227-228).

Relativamente às questões de herança na sociedade portuguesa, Pedroso de Lima infere sobre a forma como os membros da família são escolhidos, mas sobretudo como as famílias são constituídas para dar continuidade à dinastia (*Ibidem*, 2018: 231). A formação de dinastias torna-se a preocupação de base das famílias de elite, que é conseguida por via de casamentos duradouros, bem-sucedidos, assim como através de transferências de heranças mais eficientes em termos fiscais, e, entre outros aspetos, a adequação dos casamentos consoante as classes sociais. Não só o capital económico tem a necessidade de ser protegido e aumentado, mas também e sobretudo a família, fazendo com que o espaço social se

estruture em torno de fortes hierarquias de classe, sendo os casamentos realizados entre membros do mesmo meio social (*Ibidem*, 2018: 240). A sustentar a credibilidade desta teoria, Piketty (2014) aponta o seguinte cenário, para a França, da perspectiva do aumento dos bens patrimoniais herdados, e como esta perspectiva realça a importância da sua transmissão e a importância dos laços familiares: *considerando os níveis muito elevados do atual fluxo sucessório, e a manterem-se as tendências, é altamente provável que a parte dos patrimónios herdados continue a crescer nas décadas vindouras* (Piketty, 2014: 600).

1.5. Classe Dominante ou Classe de Elite

A construção de dinastias familiares é uma mobilização de classe, uma vez que possibilita que propriedade, riqueza e poder se mantenham dentro de uma linha geracional permitindo a reprodução e manutenção do conjunto desses privilégios dentro das mesmas famílias, isto é, da mesma classe dominante (Palme e Réau, 2020: 212). Os mesmos autores referem que pertencer à classe dominante, no sistema capitalista, *é deter os títulos de propriedade que permitem a exploração do trabalho alheio. Assim, a pertença a essa classe repousa no antagonismo radical e arbitrário das relações de classe*. É uma classe heterogênea e que mostra solidariedade na defesa dos seus interesses. Sendo que todos os seus membros estão de acordo em defender o sistema capitalista neoliberal, onde a financeirização se introduz em todas as áreas da atividade económica e social (*Ibidem*, 2020: 212).

Domhoff, sobre o livro de F. Denord et al., *Researching Elites and Power* (2020), argumenta como no século XX surgiria uma nova classe dominante, formada por administradores, colocados para controlar os meios de produção dos países desenvolvidos, que tomariam o poder político em pouco tempo (Denord, Palme e Réau, 2020: 2). A esse respeito Rosa citou Paul Krugman, prémio Nobel da economia, para se referir ao conceito de “porta giratória”:

“Atente-se, por ex., no fenómeno, da porta giratória, pelo qual políticos e outros dirigentes acabam por ir trabalhar para a indústria que supostamente deveriam estar a supervisionar. Esta porta já existe há muito tempo, mas o salário que se consegue obter se a indústria gostar deles é imensamente maior do que aquilo que costumava ser, e daí a necessidade de acomodar as pessoas que estão do outro lado da porta, de adotar posições que os tornem num contrato atrativo após a carreira política. Esta força gravitacional é hoje muito mais forte que há trinta anos” (Rosa, 2014: 148).

Esta ideia traz à tona a influência dos Grupos Económicos, ou por outras palavras, a influência dos seus gestores e proprietários nas decisões políticas, com a particularidade de

serem os próprios a condicioná-las de acordo com a defesa dos seus interesses. Tal é observável quando membros do governo passam a ocupar lugares nos conselhos de administração das empresas, que muitas vezes ajudaram a privatizar. Por um lado, os interesses económicos da classe dominante prendem-se com remunerações, recebimento de dividendos, por outro lado, por influenciar diretamente as medidas fiscais que afetam o sistema financeiro, que possibilitem despachos do Conselho de Ministros a projetos de investimento dos grandes grupos económicos, e que os beneficiem do ponto de vista fiscal (Rosa, 2014: 149).

1.6. Estrutura do Poder

Procurou fazer-se este estudo empírico do poder através de uma procura de ligações entre as pessoas e organizações que constituem o grupo ou classe dominante, na área económica, para o efeito: a família de AA e o próprio, os seus colaboradores, sejam gestores das empresas do Grupo, membros e ex-membros do governo, ou membros de outras instituições que regulam o setor económico e industrial; e como *estes são capazes de trabalhar juntos para se manterem como o grupo de poder dominante* (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens (2020: 21). Domhoff, no seu livro *The Bohemian Grove and Other Retreats: A Study of Ruling Class Cohesiveness*, concluiu empiricamente que as declarações políticas dos membros da elite ajudam a moldar o diálogo político e que essas declarações são dadas a membros decisores do governo. Ademais, alguns deles são os próprios executivos de corporações que foram nomeados para cargos governamentais (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens, 2020: 21).

Domhoff reclama a necessidade de se trabalhar sobre “indicadores” de poder, partindo da definição de poder como *a capacidade de algumas pessoas de produzir efeitos pretendidos e previstos sobre outros* (Wrong, 1995 apud Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens 2020, p. 25), embora seja uma definição muito genérica permite as diferentes formas de poder alterarem-se de umas para outras, como o poder ideológico, económico, militar, político e também intelectual. Assim, o poder pode ser considerado como uma característica ou propriedade de determinado grupo ou classe social, sendo que os indicadores não têm necessariamente de aparecer todos sempre que o poder se manifesta. Existem três indicadores primários que são sintetizados pelo autor como: 1) Quem é beneficiado?, 2) Quem governa?, 3) Quem ganha?. Acresce ainda o de *reputação*, mais difícil de usar, uma vez que requer o acesso às pessoas que se está a estudar, podendo revelar alguns líderes que não são facilmente identificáveis

através de informação pública (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens, 2020: 25-26). Existem nas sociedades ocidentais experiências e objetos materiais que são altamente valorizados, se se partir do princípio que todos os indivíduos gostariam de possuí-los, a distribuição de valores pode ser utilizada como um indicador de poder, fazendo com que aqueles que são mais beneficiados são poderosos. Assim, riqueza e bem-estar adquirem importância através da posse de propriedades, altos rendimentos, bons empregos e viver vidas saudáveis.

É possível também inferir o poder através de quem ocupa posições institucionais importantes e quem participa nos grupos de tomada de decisão, ou seja, se um determinado grupo ou classe está super-representado quanto à sua proporção comparativamente à restante população, inferimos que o grupo é poderoso. Para este estudo, se, por exemplo, um grupo de dirigentes e ex-dirigentes do governo transita para administrações de grandes empresas, e vice-versa, isso deriva de uma influente rede de relacionamentos institucionais, conexões, redes de contacto e lobbies, o que nos permite inferir, inversamente, que a elite económica, não ocupando cargos governativos, tem fortes motivos para apoiar os partidos/dirigentes políticos que elaboram os mecanismos fiscais para os setores industriais, bancários e financeiros, assim como beneficiar desta rotatividade de esferas.

Quanto ao terceiro indicador, concentra-se em quem inicia, modifica ou veta com sucesso as políticas de política externa, tributação, bem-estar e meio-ambiente, sendo o indicador que mais se aproxima da definição formal ou seja, quem vence as disputas políticas. A análise do poder de quem vence no momento decisório não se dissocia de uma análise com base na distribuição de valor (quem possui e controla os recursos), ou da super-representação posicional. Um dos problemas com este indicador é que quem toma as decisões raramente está disposto a permitir aos investigadores sociais participarem nessas discussões do poder (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens (2020: 26).

2. METODOLOGIA

Ao longo deste capítulo iremos explicar as opções metodológicas que permitiram a realização do presente estudo de caso sobre a família mais rica de Portugal. A metodologia é qualitativa, usando as técnicas necessárias disponíveis. O estudo de caso envolve a exploração detalhada de um caso específico, podendo ser uma comunidade, organização ou pessoa. A partir do momento em que o caso é selecionado, serão precisos vários métodos de pesquisa para a recolha de dados (Bryman, 2012: 54). O objetivo, de observar e explicar o fenómeno

social do crescimento exponencial da riqueza da família Amorim, assim como a sua indissociável ascensão social, a par das relações interpessoais, familiares e institucionais nos devidos momentos históricos que a análise atravessa é o que a recolha de dados pretende realizar. Américo Amorim pertence à 3.^a geração da família que analisamos; as suas filhas e outros familiares diretos envolvidos, à 4.^a geração. É uma trajetória centrada nos 60 anos de atividade de Américo Amorim e nos cinco anos após a sua morte (2017).

As técnicas para aprofundar o estudo de caso irão socorrer-se da análise de arquivos e outras fontes documentais como biografias, relatórios de gestão societária das empresas que compõem o Grupo Económico liderado pelos Amorins, atas de reunião, entrevistas, artigos da imprensa escrita e análise de discurso (como por exemplo a entrevista realizada por Maria Filomena Mónica, em 1989, disponível em “Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa”).

2.1. Família Amorim - A mais rica de Portugal. Construção da Amostra.

A primeira parte deste capítulo é evidenciar, com segurança metodológica, a fonte que nos permitiu afirmar que a família Amorim é, de facto, a família mais rica de Portugal e uma das mais poderosas. Trata-se do Relatório Metodológico World Elite Database¹: Construção da População da Elite Económica para Portugal. O projeto World Elite Database (WED) é uma associação internacional de académicos que trabalham em conjunto para desenvolver um novo regime de dados padronizado para estudar e partilhar dados sobre elites em todo o mundo. Visa resolver os problemas de comparabilidade e heterogeneidade no estudo das estruturas de poder nacionais e fomentar uma comunidade de estudiosos interessados em estudar populações de elite sistematicamente (Botelho *et al.* 2024). Os critérios adotados no Relatório encontram-se explicitados online², de um modo abreviado, podemos referi-los como:

- 1.º Presidentes e diretores executivos (CEOs) das empresas de que compõem o principal índice de ações de um determinado país, ou seja, presidentes e CEOs de empresas cotadas em bolsa (sendo que em Portugal a maior bolsa de ações é a bolsa de Lisboa, que inclui o índice PSI, onde estão cotadas as maiores empresas).
- 2.º Presidentes e CEOs de outras grandes empresas não listadas no PSI.
- 3.º Indivíduos economicamente poderosos apresentados pelos meios de comunicação social; indivíduos classificados em listas de ricos (como a revista Forbes).

¹<https://worldelitedatabase.org/methodology/>

²<https://worldelitedatabase.org/methodology/>

4.º “Coprodutores do jogo”, indivíduos em posições de liderança, políticos eleitos e principais burocratas, grupos de interesse (organizações empresariais, lobbies, sindicatos), intermediários-chave (por exemplo, consultores de gestão, banqueiros corporativos e advogados), investidores institucionais, que influenciam o enquadramento legal das atividades económicas e práticas comerciais vigentes.

O relatório concluiu que são 74 indivíduos que ocupam os cargos de maior poder económico no país, ocupando posições em 58 diferentes organizações, para o ano de 2020. Assim, importa referir os indivíduos importantes para este estudo: António Rios de Amorim ocupa a 1.ª posição, correspondendo ao 1.º critério (empresa listada no principal índice de ações do país); Paula Fernanda Ramos Amorim ocupa a 2.ª posição, correspondendo também ao 1.º critério; Maria Fernanda de Oliveira Ramos Amorim ocupa a 53.ª posição, correspondendo ao 3.º critério (Cumprir critério de riqueza (lista dos ricos) - bilionários).

Foi realizada a análise de uma fonte documental, o artigo da revista Forbes Portugal, intitulado: “Saiba quem são os 50 Milionários Portugueses³”, da edição outubro/novembro de 2023, que vem corroborar os dados de 2022 com os de 2020.

A revista citada é conhecida pelas listas que anualmente elabora das pessoas mais ricas do mundo, que estabelecem um ranking das maiores fortunas individuais, cujos patrimónios líquidos ascenderam a um bilião de dólares. São feitas por jornalistas que não dispõem de nenhuma lista fiscal ou administrativa completa de avaliação de fortuna, fazendo um trabalho de pesquisa autodidata, reunindo a informação por telefone ou por email, utilizando fontes muito variadas (Piketty, 2014: 660).

A informação chave que consta no artigo é relativa ao ano de 2022, um conjunto de 50 famílias portuguesas, cujas fortunas somam um património de cerca de 40 mil milhões de euros, representando cerca de 16,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Também é ressaltado como o peso das maiores fortunas e do seu crescimento tem importância na economia nacional, uma vez que o seu peso no PIB tem vindo a crescer. Da lista dos 50, os primeiros dez do ranking somam cerca de 20 mil milhões de euros, metade do valor do conjunto total da lista. É citado, no artigo, o valor do PIB de 242,3 mil milhões de euros para 2022, e que as 50 fortunas, com os seus 40 mil milhões, representam 16,5% do PIB. Tal informação é passível de ser confirmada através da PORDATA⁴. O último estudo realizado pela Forbes Portugal foi

³ “Saiba quem são os 50 milionários portugueses”, *Forbes Portugal*, 25/10/2023.

⁴ <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/crescimento-e-productividade/produto-interno-bruto-pib>

relativo ao ano de 2019, sendo que os 50 portugueses da lista totalizavam uma riqueza de 24 mil milhões de euros, representando 12% do PIB. A fonte informa-nos que na classificação deste ano não foi incluído, por exemplo, Cristiano Ronaldo, uma vez que os critérios de avaliação patrimonial da revista são difíceis de aplicar ao jogador, cuja riqueza é proveniente de salários e patrocínios.

A família que consta no topo da listagem é a família de Américo Ferreira Amorim. A riqueza da família está assente na bolsa, através da sua participação na Galp, e da Corticeira Amorim. O facto de o Grupo ser dos poucos a ter empresas indexadas em bolsa revela como a financeirização do grupo foi um claro investimento e aposta para maximizar os seus ganhos.

O primeiro lugar desta listagem é ocupado por Fernanda, Paula, Marta e Luísa Amorim, esposa e filhas de Américo Amorim, respetivamente, com um valor de fortuna de 4800 milhões de euros em 2022. No ano de 2021, a família era listada no ranking mundial, em 601.º lugar, com um património de 4700 milhões de euros⁵. O que, para o estudo, demonstra novamente que esta família é e continua a ser a mais rica de Portugal. Demonstra também que houve um crescimento dos resultados líquidos nos últimos anos do seu património.

Quanto à metodologia utilizada nas avaliações, a revista esclarece que a Forbes Internacional avalia anualmente as maiores fortunas do mundo, e que as mesmas são constantemente atualizadas no seu site. Dessa lista mundial, apenas uma família portuguesa tem estado presente nos últimos anos, a de Américo Amorim, na posição 554 (consoante a fonte). Aliás, o nome do empresário foi durante vários anos listado no ranking dos bilionários da Forbes Internacional, tendo sido sempre o único português a figurar na lista. Para elaborar a lista foi feito um levantamento dos cem empresários mais ricos do país avaliando os seus patrimónios através das participações em sociedades cotadas e não cotadas. Nos casos em que não é possível discernir as participações concretas de cada membro, ou em casos de heranças indivisas, foi avaliada a posição da família como um todo, o caso da família Amorim.

2.2. Métodos e técnicas

Cousin, Khan e Mears (2018), sugerem novos caminhos de pesquisa sobre elites, indo além das abordagens teóricas clássicas, valorizando uma série de técnicas metodológicas, uma vez que se colocam novos desafios ao estudo das elites, relacionados com os diversos tipos

⁵ “Só há uma portuguesa na lista de bilionários da Forbes”, *Eco Sapo*, 05/04/2022.

de capitalismo e que a mudança nesta nova abordagem requer compreender as relações de poder para além da dominação, desenvolvendo modelos de capital económico que contenham uma articulação mais estreita desse poder com o capitalismo. Ainda assim, a elite não deixa de ser uma população pequena, não uniformemente distribuída entre organizações ou instituições, com muitos recursos, um elevado nível de escolaridade e muitas vezes difíceis de alcançar e de ser definido pelos investigadores. Desta forma, os métodos a utilizar são variados: investigação de inquéritos, análise de redes sociais, entrevistas, observação etnográfica, experiências, trabalho de arquivo, utilização de dados administrativos e análise de conteúdo (*Ibidem*, 2018: 236). Outros obstáculos se poderão colocar, como por exemplo as elites poderem exercer um capital simbólico e cultural maior ao dos investigadores que os estudam, remetendo-os a uma posição de dominados (*Ibidem*, 2018: 236).

2.2.1. Pesquisa histórica/Análise de arquivos e outras fontes documentais

Destinada a discernir o que pode ser aceite como verdadeiro num testemunho (documento consciente), a crítica interna ou crítica de credibilidade vai analisar o conteúdo do trabalho do autor (Salmon, 1979: 131). O mesmo autor decompõe a crítica interna nos seguintes passos: crítica de interpretação, crítica de competência, crítica de veracidade, crítica de rigor e verificação dos testemunhos. Salienta que o método crítico da análise documental torna-o aplicável não só à história, mas a todas as ciências sociais e humanas, uma vez que essas áreas estão também dependentes de fontes e documentos, cuja veracidade e confiabilidade precisa de ser avaliada. A abordagem crítica dessas fontes, procura assegurar que determinado documento pode ser aceite como verdadeiro, independentemente da área científica.

2.2.2. Prosopografia

A primeira questão dos estudos de elites utilizando a prosopografia é a definição da população a estudar. Este passo, como ficou explicitado infra, encontra-se resolvida, uma vez que já foram identificados os indivíduos no topo das hierarquias formais, como tendo os recursos e a sua colocação posicional necessária para pertencerem à elite. A combinação da prosopografia com a sociologia relacional, segue a tradição de C. Wright Mills e Pierre Bourdieu para o estudo de elites, inter-relacionando os estudos de campo, redes e carreiras (Lunding, Ellersgaard e Larsen, 2020).

Esta metodologia ser-nos-á útil para interpretar os dados que irão ser coletados, seja a nível dos dados quantitativos (como o rendimento e património líquido dos indivíduos que pertencem à família Amorim, dados de emprego e educação, participação em empresas e atividades de lobby), seja dos qualitativos (como entrevistas e pesquisas com os membros da família Amorim e análise de redes e conexões sociais). Técnicas como a Análise de Correspondência Múltipla, Análise de Redes Sociais e Análise de Sequência fazem parte da prosopografia. A Análise de Correspondência Múltipla é adequada para a análise de relações sociais e averiguar as relações latentes entre variáveis e entre as suas categorias, resumindo as estruturas geometricamente num espaço multidimensional, representando os diferentes capitais dos indivíduos de forma a realizar uma construção e análise dos espaços e campos sociais, segundo o trabalho de Bourdieu. A Análise de Sequência permite mapear as trajetórias das carreiras dos grupos de elite, permitindo também avaliar a ordem e o ritmo temporal específicos dessas carreiras (Lunding, Ellersgaard e Larsen, 2020).

Ambas as técnicas não serão usadas nesta dissertação dada a limitação de páginas, além de que o objeto de estudo proposto é o de um indivíduo/família e os seus relacionamentos institucionais, e não a inter-comparação de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. Assim, a técnica prosopográfica a utilizar será a Análise de Redes Sociais, que nos permitirá descrever e explorar relações dentro da população (Lunding, Ellersgaard e Larsen, 2020:60). A análise de redes é colocada como uma das técnicas com maior tradição de longo prazo nos estudos de elite, sendo caracterizada como laboriosamente descritiva, levando a concentrar-se nos estudos de “interligações”, podendo conduzir a uma forte perspectiva de coesão interna e de cultura coletiva partilhada. O mundo social é analisado assim sob uma ótica epistemológica de relacionalidade, permitindo aumentar a nossa compreensão sobre o fenómeno a observar (Cousin, Khan e Mears, 2018). Fazer o correto uso da prosopografia implica o uso de dados relacionais de três formas, para encontrar e coletar os dados: 1) Dados de redes sociais, elaborando uma lista de conexões diretas e dos membros afiliados. As redes de filiação podem ser realizadas a partir de *big data* ou bola de neve; 2) Dados biográficos, utilizando fontes como notícias e artigos; 3) Dados de sequência. “Este método, que destaca as diferenças e clivagens dentro das elites, tem sido utilizado em vários estudos de caso nacionais para compreender a dotação de recursos das elites e as relações entre diferentes fragmentações da elite” (Bühlmann *et al.* 2012; Ellersgaard e Larsen 2013; Hjellbrekke *et al.* 2007 apud Heilbron *et al.*, 2018, p.12).

Importa referir que para todos os nomes da família foi utilizada a consulta de informação disponível de relatórios e contas de empresas, de textos publicados em entrevistas e de outro tipo de artigos, bem como a consulta de fontes próximas. Os dados recolhidos resultam, na sua maioria, de informação pública, acessível, e a sua veracidade depende muito da transparência desses dados. Não é possível ter acesso a contas privadas, carteiras de ações não divulgadas, ou participações não qualificadas, bem como bens pessoais não conhecidos publicamente. Tal como não é possível avaliar a liquidez existente em contas bancárias dos protagonistas, dentro ou fora do país, bem como as suas dívidas pessoais e outros créditos associados.

3. TRAJETÓRIAS

Compreender com precisão as características de determinada sociedade contemporânea implica reconhecer a importância da sua estrutura histórica orientada sob o princípio do especificismo histórico (Mills, 1982 [1959]). Assim, e, fazendo uma ponte entre o enquadramento teórico e o capítulo metodológico é, de todo, pertinente expor o conceito de *trajetória*, de acordo com uma perspectiva bourdieusiana, uma vez que será esse a definir a estrutura do presente trabalho empírico e epistemológico. Opondo-se às correntes estruturalistas e funcionalistas, que dominaram a sociologia no pós II Guerra Mundial, Mills propôs o retorno à sociologia artesanal, mediado por uma *imaginação sociológica*, em que a conjugação do espírito crítico, sensibilidade pessoal e formação profissional seriam cruciais para compreender o conjunto social (Montagner, 2007). Mills refere:

“A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contactos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem (...). Os problemas de nosso tempo – que incluem o problema da natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social, e reconhecermos a necessidade de desenvolver mais uma psicologia do homem que seja sociologicamente fundamentada e historicamente relevante. Sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões psicológicas, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos” (Mills, 1959).

Compreender e explicar factos comparados através das relações institucionais de Américo Amorim e família durante o Estado Novo e democracia, faz com que devamos conhecer as fases e razões históricas de cada momento que, no processo capitalista, proporcionaram as condições para o aumento exponencial da sua fortuna, e as alterações dos seus recursos e reposicionamento no *campo social*. O papel das elites no processo histórico varia *de acordo com a extensão em que os meios institucionais de decisão são centralizados*. A relevância da realização de uma sociologia histórica permite-nos afirmar que quando surgem fenómenos sociais novos, a *história* repete-se e não se repete, o que está em causa é a estrutura social e o período histórico de que nos ocupamos (Mills, 1982 [1959]).

A abordagem proposta por Mills, da utilização de histórias de vida ou trajetórias, situa-se muito perto da abordagem de *habitus* de Bourdieu, que o mesmo descreve como um *sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes* (Bourdieu, 1998). Para se desenhar uma

trajetória, marcas como o nome, o sobrenome e o percorrer histórico dos agentes deixam traços que, quando relacionados com outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, onde os percursos são muito semelhantes (Montagner, 2007).

Para compreender o intuito de um campo de produção simbólico é necessário ter em linha de conta três momentos chave. Primeiramente, é preciso delinear as relações de influência e subordinação/dominação em relação à estrutura de poder da classe dirigente. Segundamente, torna-se necessário esboçar as relações entre as posições ocupadas, disponibilizadas ou transferidas pelos agentes e pelos grupos, resultado de conflitos pelo poder legítimo e legitimado pelos agentes. Terceiramente, e pela junção dos dois primeiros, é possível criar um modelo organizativo em que os *habitus* coletivos dos grupos em confronto fazem a confirmação de uma característica firmemente coletiva das carreiras individuais dos agentes (Montagner, 2007). As trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1998). Definir a trajetória social de um indivíduo/família implica um atribuir de sentido às ações do agente ou do grupo social dentro do movimento num campo definido estruturalmente, em que as estratégias e os movimentos individuais são ressignificados através do *habitus*. Os acontecimentos que compõem a trajetória, independentemente de serem realizados individualmente, não estão desprovidos nem isolados de um contexto social vasto e que não são controlados total e diretamente pelo agente. Para Bourdieu, os factos biográficos correspondem a colocações e posicionamentos dentro do campo nos variados momentos distributivos dos diferentes tipos de capitais analisados, principalmente as relações entre capital económico e o capital simbólico (Montagner, 2007).

Para tal, torna-se indispensável compreender as principais linhas dos 60 anos de atividade profissional, o *background* familiar, assim como o período que sucede a morte de Américo Amorim (AA), e como o grupo económico que erigiu (inseparável do seu nome) se mantém na listagem dos grandes grupos económicos portugueses, cujas acionistas são as suas herdeiras (mulher e filhas), também membros da elite económica portuguesa.

AA foi uma das personalidades presentes na lista das 100 maiores fortunas em Portugal, de 1992 a 2008, sendo que em 2012 e 2013 ocupou o 1.º lugar dessa lista, com um valor de fortuna agregado em 2008 de 3.714 mil milhões de euros. Com participações relevantes, de 2003 a 2008 no Grupo Amorim (Corticeira, SGPS, Energia, Imobiliária, Turismo, Floresta, e Luxo), Galp, Banco Carregosa, Banco Popular, Banco BIC Angola, BPI e Luxor (Louçã, Costa, e Lopes, 2014). No período de 1992 e 2008, as 100 maiores fortunas,

representaram 10% do PIB, e depois das primeiras vagas de privatizações chegaram aos 20%. Relativamente ao número de participações das famílias, em 2010, AA detinha nove participações em grupos económicos ou empresas: Banco Popular; Banco BIC Angola; BIC Portugal; Banco Carregosa; Banco Único (Moçambique); Galp Energia; Corticeira Amorim; Imobiliária (Portugal e Brasil); e investimentos agrícolas.

AA, das 32 famílias e investimentos analisados por Eugénio Rosa, em *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização*, era um dos indivíduos que detinha o maior número de participações, à qual acrescia a essa lista, a participação no Banco Luso Brasileiro. Atualmente, o Grupo Amorim integra 51 empresas de distribuição, 12 *joint ventures* e 27 mil clientes de várias indústrias⁶.

O presente capítulo irá encetar uma breve historiografia de AA (ver anexo 1), dividida pelos dois períodos históricos propostos. Para construir a seguinte prosopografia, iremos fazer a construção de uma biografia coletiva, em que a estratégia utilizada de expor e analisar as fontes primárias ao nosso dispor permitem que um caso exemplar seja erigido à categoria de um *tipo ideal* (Miceli, 2001, *apud* Montagner, 2007). Para o efeito, foi elaborada uma listagem (ver anexo 2) com ex-membros dos governos nas administrações de empresas, para que possamos analisar a articulação de interesses de uma influência dominadora do poder económico sobre o poder político (Rosa, 2014). Para se referir a essa influência, Eugénio Rosa usando o estudo do Banco Mundial, refere:

“os grupos económicos só dão acesso a esses elevados cargos na administração das suas empresas a ex-membros do governo, não pela sua competência, mas sim porque esperam que isso represente uma mais-valia na defesa dos seus interesses junto do poder político e que isso lhes traga lucros acrescidos, por exemplo a nível de contratos públicos” (Rosa, 2014: 142).

3.1. TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AMORIM NO ESTADO NOVO

A história da família Amorim vai além do período do Estado Novo, quando o avô de AA, António Alves Amorim, em 1870 foi responsável por estabelecer uma pequena fábrica de cortiça dirigida a rolhas para as garrafas de vinho do Porto. Surge assim a primeira fábrica do Grupo em Santa Maria de Lamas.

Este subcapítulo vai iniciar-se a partir da década de 60, altura em que é criada a Corticeira Amorim (1963), pouco mais de quarenta anos após a constituição da Amorim &

⁶ Grupo Amorim - Família - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

Irmãos em Santa Maria de Lamas. É no ano de 1963 que a empresa e o seu capital ficam igualmente distribuídos por AA e os seus três irmãos: José, António e Joaquim Amorim, até então controlada pelos tios Henrique, Ana e Rosa Amorim. As instalações fabris da Corticeira situam-se na Quinta de Meladas, em Mozelos. É importante referir que essa Quinta/Herdade foi comprada à família Van Zeller, por 4.100 contos, com o desígnio de a aproveitar também para construir novas urbanizações. Antes disso, é em 1953 que recebe como herança 2,5% da Amorim & Irmãos (tendo os restantes irmãos ficado cada um com igual participação), empresa fundada em 1922 e que no início dos anos 30 era já “a maior fábrica de rolhas do Norte de Portugal”⁷. AA, para responder ao apelo do seu tio Henrique, abandona o Curso Comercial do Porto e entra nos quadros da empresa.

O apoio financeiro a esse projeto, da Corticeira Amorim, vem do Banco Pinto & Sotto Mayor, então dirigido no Porto por Eduardo Furtado (considerado por António Champalimaud um dos maiores banqueiros), e do banco Afonso Pinto de Magalhães, empresário portuense que fundou a Sonae⁸. O Banco Pinto & Sotto Mayor foi um dos maiores impulsionadores do apoio financeiro, à data, aos negócios de AA, instituição que ficou marcada pela entrada de António Champalimaud, na década de 60.⁹ Este outro membro da elite industrial, empresário e banqueiro com investimentos nas áreas do cimento, banca e seguros, era responsável por um dos poucos Grupos Económicos do Estado Novo (8), viu após o 25 de Abril muitos dos seus ativos nacionalizados, tendo, por isso, se exilado no Brasil para não ser preso¹⁰.

Vigorava o condicionamento industrial quando AA decidia avançar com a Corticeira Amorim, lei que surgiu em 1931, implementada pelo Estado Novo através do Decreto n.º 19409, de 4 de março, com o objetivo de controlar a criação de indústrias no país ao regular a iniciativa privada e assegurar o controlo do desenvolvimento industrial. O mercado constituía-se num quadro decisório em que a concorrência era limitada e a estrutura do poder ditava o aparecimento das fábricas, havendo *quase uma bifurcação entre empresas dominantes e empresas desafiantes* (Pires, 2020). Tal significa que eram as corporações e os grémios que controlavam as decisões económicas nacionais, como a entrada de novas empresas no mercado (Torres, 2018), sendo que as empresas dominantes encontravam-se já estabelecidas em determinado setor económico, beneficiavam do apoio e da intervenção

⁷ “Um grande capitão da indústria” - Amorim News Detail - Media - Amorim News - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

⁸ “Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro”, *Eco Sapo*, 14/07/2017.

⁹ Banco Pinto & Sotto Mayor - Banco de Portugal - Archeevo (bportugal.pt).

¹⁰ “Golpadas em grandes negócios”, *Diário de Notícias*, 11/08/2007.

do estado, tuteladas e legitimadas, ao passo que as empresas desafiantes eram aquelas que tentavam entrar no mercado, tendo, para isso, de enfrentar as barreiras impostas pelo condicionamento industrial. Neste, era o Estado quem regulava a ação dos agentes erigindo uma *centralidade arbitrária*, em que os principais grupos económicos surgiam com base na proteção outorgada pelo governo (Pires, 2020). Não tendo sido diretamente beneficiado, AA também não sofreu nenhum viés, o que constitui, indiretamente, uma benesse.

“Acabámos por montar a fábrica contra as leis da época”, diz AA (Mónica, 2018: 258) para se referir a ter laborado com a corticeira sem possuir o alvará necessário para tal. Fê-lo sem autorização oficial, depois de várias inspeções e outras questões burocráticas, é-lhe concedido o alvará, tendo surgido um novo conflito quando em 1965, decide começar a produzir aglomerados negros, produto para isolamento térmico e acústico, em construções e maquinaria (Coelho, 2012: 36). Foi-lhe negada autorização por parte do Ministério da Economia, uma vez que existiam outros concorrentes como a Mundet, a Robinson, a Socortex (Batista Russo), a Sofac e a Infal. Assim, são distribuídos vários alvarás a industriais corticeiros para fabricar esses aglomerados, como a José Ferreira Queimado, de Évora, Joaquim Ferreira Tavares e Inocência Granadeiro, em Vendas Novas e Inacor de Lamas (primos dos Amorins). É então que, por duzentos contos, compra um alvará, o único disponível e que nunca tinha sido utilizado, a um empresário de Silves, Torres Pinto. Apesar das questões logísticas que se colocavam com a fabricação no Algarve e a consequente exportação pelo porto de Lisboa de aglomerados negros para o Norte, começam a ser fabricados em 1966 pela Corticeira Amorim Algarve¹¹ (Coelho, 2012).

Em 1958, AA enceta a primeira das suas muitas viagens dos países do COMECON (Conselho para a Assistência Económica Mútua), uma organização económica fundada em 1949, com a liderança da então União Soviética com o intuito de integrar economicamente os países do leste europeu, não só os soviéticos, mas também a República Democrática Alemã, a Checoslováquia, Polónia, Bulgária, Hungria, Roménia, entre outros. Essa viagem à Roménia e depois à União Soviética, foi um dos seus primeiros passos de uma imensa estratégia para a verticalização e internacionalização dos negócios, que viera a dar resultados a curto, médio e longo prazo, levando a que o Grupo se transformasse numa multinacional.

Uma das questões que aqui se coloca é como é que num período de fechamento económico e social consegue um industrial português desafiar os poderes de Estado, numa

¹¹ “Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro”, *Eco Sapo*, 14/07/2017.

altura em que sair do país e estabelecer comércio com países com outro modelo económico de produção era sujeito a processos de grande controlo e restrição, ainda mais se se tratasse de países socialistas. Contudo, ao solicitar o passaporte ao Ministro do Interior, foi autorizado o visto, tendo podido visitar todos os países do leste europeu. O motivo da autorização foi um *mercado imenso e inexplorado* (Coelho, 2012). A estratégia de negociar com todos, independentemente da latitude e do espectro político, era indiferente desde que se tratasse de uma oportunidade de entrar num mercado cuja concorrência não existisse, era a situação ideal para exportar uma matéria-prima inexistente nesses mercados europeus e fazendo jus à máxima de AA: *Nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto*¹².

O primeiro resultado dessa incursão foi o estabelecimento na Áustria da empresa Gerhard Schiesser GmbH, para comércio grossista de cortiça, em 1967¹³. Funcionava como um ponto comercial de grande importância para os países da COMECON, uma solução ideal para vender o produto, cuja condição era apenas não ser cunhada com *made in Portugal*. Porém, se os contratos eram realizados com o acordo do Banco de Portugal e os bancos centrais desses países, as mercadorias não podiam levar a palavra *Portugal*. A empresa tinha o nome homónimo de Gerhard Schiesser, austríaco, um dos dois jovens acolhidos por Henrique Amorim, um refugiado da II Guerra Mundial, que através da Cáritas chegou a Portugal. Este indivíduo tornou-se um aliado decisivo da família Amorim e na internacionalização dos negócios do Grupo, tendo sido graças a ele que foram estabelecidos inúmeros contactos e negociações comerciais na Roménia, Bulgária, Jugoslávia, Hungria, URSS, Polónia e mais tarde na China e na Índia. Schiesser tem também um papel crucial quando consegue que os seus interlocutores russos em 1977 tragam navios soviéticos ao porto de Leixões para carregar cortiça, e depois mais tarde com a instalação da empresa Hungarokork-Amorim GmbH¹⁴ em 1984, na Hungria. Este é um exemplo muito claro como AA conseguiu, quer com o condicionamento industrial, quer no pós PREC, tirar sempre o melhor proveito da situação, e contornar as normas vigentes sejam elas diplomáticas, burocráticas ou administrativas.

¹² “Um grande capitão da indústria” - Amorim News Detail - Media - Amorim News - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

¹³História | korkenschiesser

¹⁴ “Um grande capitão da indústria” - Amorim News Detail - Media - Amorim News - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

Figura central na intermediação de todo este percurso é o tio Henrique Amorim, por via dos contactos privilegiados que possui no círculo de poder da época. São visíveis relações com Henrique Veiga Macedo, seu conterrâneo, ministro das Corporações e Previdência Social de 1955 a 1961; Albino Reis, ministro do Interior e presidente da Assembleia Nacional; Frei Diogo Crespo, da revista Flama; e o padre José Ferreira. Henrique Amorim, juntamente com o sobrinho AA (a quem transmite grande parte da administração dos empreendimentos, aquando da sua “retirada” na década de 60), conduz a visita oficial do Presidente da República Portuguesa Américo Thomaz (1894-1987) às instalações da Amorim & Irmãos, Lda, realizada no dia 14 de Setembro de 1970¹⁵.

Em 1969, os irmãos Amorim ficam com a totalidade da Amorim & Irmãos Lda, de que inicialmente só tinham 20%. Compraram os restantes 40% aos primos e receberam do tio e das tias as restantes ações. Os negócios da família eram constituídos pela Amorim & Irmãos, Corticeira Amorim, Corticeira Amorim Algarve, tendo mais tarde sido reforçados com a integração da Itexcork e a Investife¹⁶.

A partir de 1970, AA procura mercados estrangeiros para adquirir mais matéria-prima. É nesta década que se instala uma fábrica em Marrocos e compra uma das maiores empresas corticeiras espanholas, a Samec.

3.2. TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AMORIM EM DEMOCRACIA

Quando o regime do Estado Novo caiu, era notória a proximidade do Estado com os grandes Grupos Económicos, realidade que se transformou, embora temporariamente, com a nacionalização das principais empresas financeiras e industriais do país principalmente no ano de 75. É no final da década de 80 e nos anos 90 que este processo de nacionalizações, iniciado com o 25 de Abril, começa a ganhar novos contornos, que viriam a manifestar-se irreversíveis até à presente data. Depois de assumidos os primeiros passos legislativos para o efeito, como por exemplo a primeira revisão da Constituição da República Portuguesa em 1982, criada em 1976. É revista a Lei constitucional n.º 1/82, que *diminui a carga ideológica da Lei Fundamental, flexibiliza o sistema económico e redefine as estruturas do poder político, extinguindo o Conselho da Revolução e criando o Tribunal Constitucional*¹⁷. Entre 1977 e 2003, Portugal foi o país que mais privatizou em termos de valor por habitante num conjunto

¹⁵“Henrique Alves Amorim (1902-1977) - O Industrial”, *Museu de Lamas*.

¹⁶“Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro”, *Eco Sapo*, 14/07/2017.

¹⁷ As legislaturas da Assembleia da República.

alargado de países. No início das primeiras vagas de privatizações, *Portugal tinha um dos maiores setores públicos da Europa ocidental, sendo a produção das empresas estatais equivalente a 25% do PNB* (Castaño, Fonseca, Lains e Marcos, 2017).

Este subcapítulo inicia desta forma, pois estamos a estudar agentes económicos, sendo que a agência exercida por estes apenas tem possibilidade de existência através dos lugares que ocupam dentro dos Grupos Económicos. Desta forma, é de frisar que, em 1974, os maiores grupos empresariais em Portugal totalizavam o número de trezentas empresas, que controlavam todos os depósitos do setor privado (não incluindo a Caixa Geral de Depósitos), e 84,1% do valor dos títulos em bolsa. O valor do capital social destas empresas correspondia a 75% do PIB nacional. Com a entrada do IV Governo Provisório, em março de 75, iniciou-se o processo de nacionalizações, a começar pela banca e seguros, visando a substituição de uma «economia capitalista do tipo monopolista por um capitalismo de Estado» (Castaño *et al.*, 2017: 30). Em março de 75, foi publicada no Diário do Governo a nacionalização de 244 empresas. A elite económica da época como a família Champalimaud (que perdeu os cimentos e a siderurgia), a família Mello (que perdeu a CUF, a construção naval, as celulosas, a tabaqueira e a participação na refinaria de Sines), e a família Espírito Santo (que perdeu as cervejas, os cimentos e a Sacor) via, desta forma, os seus recursos retirados pelo Estado (*Ibidem*, 2017, 31).

Até 1974, Portugal exportava apenas a matéria-prima da cortiça e, a partir de 1978, Portugal assumiu a liderança na transformação total desta matéria-prima. AA foi presidente da Associação dos Industriais de Cortiça do Norte, que substituiu o Grémio Regional dos Industriais de Cortiça do Norte, hoje APCOR, Associação Portuguesa de Cortiça.

Quanto ao facto de terem sido expropriadas herdades a AA em agosto de 75 (Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, aprovado em Conselho de Ministros), pelo então ministro Lopes Cardoso, e de ter recommçado a comprar propriedades no Alentejo em fevereiro de 1976, AA refere: "Contrariando um bocado as leis da época - as sociedades não se fazem com leis - comprei muitas herdades" (Mónica, 1990: 73). Três anos depois de ter começado a comprar herdades no Alentejo, em 1975 é-lhe expropriado três mil hectares de sobreiro¹⁸. Entre 76 e 1980 recommçou a comprar áreas com floresta de sobreiro, tendo sido nesse período que comprou praticamente a totalidade de herdades que a empresa possui.

¹⁸ "Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro", *Eco Sapo*, 14/07/2017.

É em 1977 que AA e os irmãos passam a ser os únicos donos da Corticeira, em virtude da morte do tio Henrique Amorim. É nesse ano que é promulgado o decreto que autoriza a criação de sociedades financeiras não bancueiras, por parte de particulares e que impulsiona a incursão do Grupo no setor da banca. Em 77 começa a importar cortiça de Marrocos, Argélia e Tunísia. Em 1979/80 participa na criação da Sociedade Portuguesa de Investimentos, que veio dar origem ao Banco Português de Investimento. Ainda em 1978 é constituída a Ipocork, para assegurar a verticalidade industrial com a Corticeira Amorim, da Champcork, em 1982, e da Intercook (Caeiro, 2004: 493).

Em 1984, e ainda resultado das suas viagens começadas em 1958, é sediada a primeira empresa luso-húngara e simultaneamente a primeira empresa com participação portuguesa no espaço do COMECON, a Hungarokork-Amorim GmbH através do Gerhard Schiesser, na Hungria (Coelho, 2012). Ainda neste ano, pensa o Banco Comercial Português, e com mais doze empresários vai solicitar autorização ao então ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes, que lhe é concedida. Surge assim em 1985 aquele que é hoje o maior banco português privado¹⁹. A autorização legislativa exigia a criação de um decreto-lei que permitisse a liberalização do setor bancário. É assim que, pelas mãos do ministro das Finanças e do Plano, Ernâni Lopes e do Primeiro-Ministro, Mário Soares, é criado o decreto-lei n.º 51/84, de 11 de fevereiro, que regula a constituição de bancos comerciais ou de investimento por entidades privadas e outras da mesma natureza e o exercício da respetiva atividade. Com este mecanismo cessa a limitação à iniciativa privada de determinados setores, nomeadamente o bancário, revogando a lei 46/77, de 8 de julho, que veda a empresas privadas e outras entidades da mesma natureza a atividade económica em determinados setores. Embora AA não tenha estado sozinho no desenvolver deste processo, o requerimento que é feito para autorizar a constituição do Banco Comercial Português é requerido expressamente por Amorim & Irmãos, Lda. (cf. Portaria n.º 258/85, de 9 de maio). Está criado o BCP, por um milhão e meio de contos, o valor mínimo de abertura bancária, autorizada pelo governo. Em 86, AA assume 30% do capital do BCP, através da aquisição de 42,3% do Bank of Lisbon Internacional (a funcionar na África do Sul) e através de uma participação de 20% na Sociedade Portuguesa de Leasing - SPL (Caeiro, 2004: 494).

A estratégia de diversificação dos negócios e consequentemente do começo do crescimento da fortuna teve início a partir de 1988, quando deixou de ser uma sociedade por

¹⁹ “1985. BCP: o banco que cresceu depressa e muito”, *Expresso*, 08/04/2023.

quotas e a empresa entrou no mercado de capitais. Emerge o Grupo Económico Amorim (Caeiro, 2004: 492). Para ser um dos maiores grupos económicos, entrar no mercado de capitais e concorrer a (re)privatizações, *o governo aproveitaria as reprivatizações para privilegiar um pouco - dando força e consistência - a formação de grupos económicos portugueses*²⁰.

Investe no setor têxtil, no turismo, em hotéis, em imobiliário, a somar aos hectares de herdades no Alentejo. Adquire a Mabor, parte da Companhia dos Vinhos do Porto (fundada pelo Marquês de Pombal). Investe no setor da borracha, celulosas e química (uma antiga empresa de Champalimaud) (Mónica, 1990: 60). Na Mabor, adquire cerca de 30% do capital e 66,5% da Veldec - Têxteis e grande parte do capital da empresa Silvicorte, S.A. Outras iniciativas no setor financeiro ocorrem então, como a Financim - Financiamentos Imobiliários - 100% e a Prisma, uma firma de capital de risco - 100%; e nos seguros, Global - 10% e Fir Financeira Internacional Reunida - 30% (Caeiro, 2004: 494).

É em 1988 que ocorre a Reestruturação Societária do Grupo Amorim, entrando o Grupo na Bolsa de Valores. A mesma reestruturação leva à constituição da AMORIM INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A., a holding de topo do Grupo, e da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A., sub-holding que agrupa todas as empresas ligadas à transformação e comercialização de cortiça. Assim se iniciava o desenvolvimento de uma lógica de grupo económico assente numa estratégia de integração vertical e de diversificação das áreas de intervenção do Grupo Amorim na economia portuguesa, nomeadamente: indústria (transformação de cortiça, indústria têxtil e de borracha), imobiliária, turismo, hotelaria e setor financeiro. A criação da holding e da sub-holding leva a que o capital da empresa aumente de 4,1 para 48,7 milhões de euros.

Em 1989, AA recupera algumas das propriedades que haviam sido expropriadas durante o período revolucionário em Portugal.

Outro grande passo para a liderança mundial do setor da cortiça foi a aquisição, em 1989, do grupo sueco Wicanders, um ano após a entrada em bolsa da Corticeira Amorim. Entretanto, AA é nomeado cônsul Honorário da Hungria, tornando-se o primeiro Cônsul do Leste em Portugal. Foi o primeiro empresário português a entrar na Hungria, onde tem uma empresa ligada à cortiça. AA encara a aceitação desse cargo como uma resposta positiva

²⁰ “Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro”, *Eco Sapo*, 14/07/2017.

para quem o tratou até então tão bem ao longo de trinta anos. AA sobre o que se passava no Leste da Europa:

“era um fenómeno naturalmente previsível (a Perestroika), a antecipação é que surpreendeu todo o mundo, sendo que é um mercado potencial, as potencialidades e a imprevisibilidade é o dobro hoje no Mercado Comum Europeu, o mercado alargado vai de Lisboa até Moscovo. Os fenómenos políticos vão nesse sentido, embora tenha consciência que não é um processo fácil de ser resolvido, levará algum tempo até ser bem consolidado²¹” (RTP Arquivos, 07/03/1990).

Em 1990, além das fábricas portuguesas, tinha fábricas na Catalunha, na Hungria, em Marrocos, na França e na Suécia. AA controlava, já, o mercado mundial da cortiça. Além de ser um dos poucos empresários portugueses a estabelecer relações com os países do bloco de leste, detém relações com África do Sul, e pretende encetar contactos com os países africanos de língua portuguesa. É neste período que Portugal entra na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, cujo tratado foi assinado em junho de 1985 por Mário Soares, então Primeiro-Ministro.

É em 1987 que participa na fundação da Sociedade Portuguesa de Risco (SPR) e na Ocidental Seguros, adquire 17% da Sociedade Portuguesa de Contentores (SPC) e faz uma *joint venture* com o grupo francês Accor, o então maior grupo hoteleiro do mundo. Compra por duzentos mil contos a Quinta do Peral a Jorge de Mello, onde instala um parque de diversões para caça. Em 1991, AA abre a Herdade do Peral a 150 convidados e por lá passaram indivíduos pertencentes às famílias Champalimaud, Mello, Roquete, Espírito Santo e ainda Mira Amaral, ministro da Indústria e Energia, Daniel Proença de Carvalho e embaixadores da Hungria²².

Em 1991, AA lidera a criação do Banco Nacional de Crédito Imobiliário, S.A., a primeira instituição privada a operar na área financeira e inicia o processo de afastamento do BCP, que se conclui em 1996 com a sua saída do cargo de Presidente do Conselho Superior do banco, que exerceu durante dez anos²³. AA viria a concretizar nesse ano um dos maiores negócios de sempre em Portugal, o lançamento do primeiro operador privado de comunicações móveis, com a compra da Telecel, num consórcio com o Banco Espírito Santo. Em 1996 vende a sua

²¹ “Américo Amorim, Cônsul honorário da Hungria”, *RTP Arquivos*, 07/03/1990.

²² “Anos 80: o regresso das elites às caçadas”, *Sábado*, 21/02/2021.

²³ “Um grande capitão da Indústria”, ano 2017, n.º 3.

parte do negócio por 100 milhões de euros, quando a participação inicial lhe custou 15 milhões de euros²⁴.

É em 2006 que AA e a Sonangol compram um terço das ações da Galp. A influência das maiores sociedades de advogados mostra-se determinante para delinear as assessorias jurídicas, um reflexo nítido de como a estrutura do poder legalmente dito condiciona a reprodução das relações económicas em Portugal (Louçã, Costa, e Lopes, 2014) . A sociedade Amorim-Sonangol foi representada por Jorge Bleck, cofundador da sociedade MLGTS e mais tarde representante da Linklaters em Portugal, uma das maiores multinacionais de advocacia (*Ibidem*, 2014: 200). Jorge Bleck fora dirigente do PSD e é pai de Miguel Bleck Guedes de Sousa, que viria a casar com Paula Amorim em 2012. A Iberdrola, presidida pelo ex-ministro Pina Moura, ganhou com a valorização da quota da Galp, tendo sido assessorada por Manuel de Andrade Neves (da sociedade Abreu Advogados) que, até 2003, foi chefe de gabinete de Paulo Teixeira de Sousa, secretário de Estado Adjunto de Durão Barroso, no governo que foi responsável pela anterior fase de privatização da Galp. A Galp recorreu aos serviços jurídicos de António Vitorino, da sociedade Cuatrecasas. Vitorino foi deputado à Assembleia da República e fora ministro do governo de António Guterres, quando o processo de privatização da Galp tomou início. Em 2012, viria a intervir novamente na privatização representando o Estado nas negociações que permitiram o aumento das ações da Amorim Energia na Galp (*Ibidem*, 2014: 200, 201).

O processo de privatização da petrolífera remonta a 1999, com a abertura do capital da empresa aos restantes acionistas da Petrogal e da Transgás, por via do Decreto-Lei n.º 261-A/99, de 07 de julho, que aprova a 1.ª fase do processo de privatização do capital social da GALP - Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S. A. O mesmo decreto estipula duas fases de privatização, sendo *que realizar-se-ão outras, tendencialmente posteriores e prevalecentemente por meio de oferta pública*. Este processo é longo e complexo, sendo que, no fundo, se trata de uma (re)privatização dos setores energéticos da gasolina, gás e gás natural, cujas empresas tinham sido nacionalizadas em 1975 (SACOR, CIDLA, SONAP e PETROSUL). Em 1976 houve lugar à criação da marca Galp, bem como à constituição da Petrogal. A Petrogal *tratava-se, no início da década de 1990, de uma empresa de dimensão relevante à escala europeia, e da maior empresa portuguesa* (Castaño *et al.*, 2017: 39), que viria a ser privatizada através do Decreto-Lei n.º 353/91. O consórcio criado para facilitar a

²⁴ “Um grande capitão da Indústria”, ano 2017, n.º 3.

sua privatização era a Petrocontrol, constituído pelo grupo Espírito Santo (que havia estado ligado à Sacor), grupo José de Mello (ligado à Petrosul e à Sonap), grupo Champalimaud, Manuel Boullosa (ligado à Sonap), Patrick Monteiro de Barros, grupo Amorim, grupo Roquete, a Parfil e a Fundação Oriente, em associação com Stanley Ho (*Ibidem*, 2017).

Em 2000 dá-se a segunda fase da privatização da Galp Energia, tendo as empresas Eni, S.p.A. e Iberdrola, S.A. assinado com o Estado português contratos de compra e venda de ações, adquirindo 11% e 4%, respetivamente, do capital da Galp Energia.

Em 2003 ocorreu a terceira fase do processo da Galp Energia, na sequência do qual a REN adquiriu 18,3% do capital social da Galp Energia, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os restantes 4,8% ao Estado português.

Em 2005 dá-se a entrada do Grupo Amorim no capital social da Galp Energia com a aquisição de 14,268% à EDP. Em 2006 o Grupo Amorim atingiu uma participação no capital social da Galp Energia de 33,34% (Rosa, 2014:346). Para comprar a parte que conferia o controlo maioritário sobre as decisões estratégicas, investiu 1,6 milhões de euros, para isso a petrolífera angolana Sonangol assumiu parte do capital da Amorim Energia, juntamente com o banco espanhol Caixa Galícia (Mónica, 2018). Em 2012, a Amorim Energia aumentou a sua participação para 38,34% no capital daquele grupo, tendo a ENI diminuído a sua participação para 24,34% (Rosa, 2014: 346). Hoje, o Estado português possui 8% do capital da Galp Energia, através da Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. e a Amorim Energia, 35,8%²⁵.

É de referir que esta operação teve a autorização da União Europeia a 27 de março de 2006, depois de esta ter aprovado o Acordo Parassocial entre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), a Amorim Energia e a ENI para o controlo conjunto da Galp Energia. Desta forma, a Comissão Europeia decidiu que a fusão não apresentava concorrência. À data, o Estado detinha ainda cerca de 30% da Galp, a Eni, 33,34%, a REN, 18,3%, a Amorim Energia, 14,312%, a Iberdrola, 4% e a Setgás, 0,044%. No final da operação, AA soma à posição que comprou à EDP, os 18,3% da REN.

A Amorim Energia, empresa criada em 2005 para gerir a Galp, está sediada na Holanda²⁶, país onde as holdings não pagam impostos sobre os dividendos que recebem das suas filiais (Rosa, 2014: 132) . O jornal Expresso²⁷ relata-nos que, em 2016, a empresa

²⁵ Investidores Galp - Estrutura acionista | Galp

²⁶ Investidores Galp - Estrutura acionista | Galp

²⁷“Amorim Energia recebe €131 milhões sem impostos da Holanda”, *Expresso*, 06/04/2016.

recebeu mais de 131 milhões de euros em dividendos da Galp. As empresas ao serem sediadas em paraísos fiscais, como é o caso, beneficiam em matéria de impostos para atrair investimento estrangeiro. Outra vantagem de sediar a empresa em Amesterdão prende-se com o facto do benefício de ausência de transparência, assim como a tributação ser reduzida ou mesmo inexistente, colocando imensos problemas do ponto de vista da falta de dados para se evocar esta matéria. *Os paraísos fiscais offshore permitem não apenas que os indivíduos evitem impostos, mas também que as corporações multinacionais o façam. Muitas vezes, essa evasão fiscal é feita dentro da lei: grupos multinacionais exploram as brechas da legislação atual* (Zucman, 2015: 102). É ao abrigo da Lei Geral Tributária - Artigo 63.º-D, que determina os Países, territórios ou regiões com um regime fiscal claramente mais favorável. Na elaboração da lista de países que o governo aprova deve ser tomado em linha de conta o seguinte dos critérios: *a) Inexistência de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, existindo, a taxa aplicável seja inferior a 60 % da taxa de imposto prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC*²⁸. Note-se, contudo, que também em Portugal as holdings com participações superiores a 10% numa empresa, que é o caso, estão isentas do pagamento de imposto sobre os dividendos distribuídos por via dessas participações. Isto quer dizer que não são pagos impostos sobre os dividendos que os acionistas recebem. Segundo o Estatuto dos Benefícios Fiscais, as mais valias obtidas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) pelas Sociedades de Capital de Risco (SCR), pelos Investidores de Capital de Risco (ICR), e pelos não residentes estão isentas do pagamento de impostos (Rosa, 2014: 93; 132).

Galpgate, Fundo Social Europeu e Operação Furacão

A RTP Notícias²⁹ informa-nos sobre o caso GalpGate (ocorrido em 2016), que envolve a Galp, vários governantes e deputados portugueses. A pretexto do Euro 2016 em França, a Galp endereçou convites a várias entidades com quem tinha relações próximas, que incluíam viagens e alojamentos para assistir ao europeu de futebol e foram endereçados a membros do governo, direções gerais e embaixadas. Foram constituídos arguidos indivíduos como Carlos Gomes da Silva, presidente executivo da petrolífera; Carlos Costa Pina, administrador da Galp (ex-secretário de estado do Tesouro no governo de José Sócrates); Jorge Costa

²⁸ Diário da República, Lei Geral Tributária - Artigo 63.º-D

²⁹ “Galpgate. Perguntas e respostas para perceber a polémica (rtp.pt)”, RTP Notícias, 10/07/2017.

Oliveira, secretário de Estado da Internacionalização; Fernando Rocha Andrade, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais; e João Vasconcelos, secretário de Estado da Indústria; Vítor Escária, ex-assessor do Primeiro-Ministro António Costa; Jorge Bezerra da Silva, ex-chefe de gabinete de Rocha Andrade; Pedro de Almeida Matias, ex-chefe de gabinete de João Vasconcelos, entre outros.

A este propósito, *A Sábado* revela-nos que: *Está por apurar, nesta investigação, se existe ou não evidências de um crime de "recebimento indevido de vantagem", por pessoas que ocupam cargos políticos ou de alto cargo público, no exercício das suas funções*³⁰. A informação vinculada pela RTP³¹ aponta que a Galp terá gasto cerca de 150 mil euros com as ofertas de passagens de avião para França e bilhetes para os vários jogos da seleção³².

O *Jornal de Negócios*³³ torna pública a acusação do Ministério Público de 18 arguidos no caso das viagens ao Euro 2016 pagas pela Galp. Após o período de suspensão do processo e na sequência do pagamento de injunção, Vítor Escária (antigo assessor de António Costa e José Sócrates), que se tinha demitido, volta a exercer como chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro António Costa. Os secretários de Estado Jorge Oliveira, Fernando Rocha Andrade e João Vasconcelos demitem-se do governo. O juiz de instrução propôs a suspensão provisória do processo, não sendo necessário levá-lo a tribunal em troca do pagamento de multas no valor de 125 mil euros, quer por parte da Galp, quer por parte dos governantes³⁴.

Paula Amorim é Presidente do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2016, após ter sido Vice-Presidente de 2015 e 2012. Integra o Conselho de Administração da Galp desde 2012. É Vice-Presidente da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.³⁵

O jornal *Público*³⁶ dá-nos conta da acusação do Ministério Público, em 2000, que fez prescrever os crimes de fraude, falsificação de documentos e desvio de subsídios do Fundo Social Europeu (2000) que envolvia AA e dois dos seus gestores. O processo, que teve início na justiça portuguesa em 1989, também envolvia a União Europeia, exigia uma indemnização

³⁰ "Presidente da Galp constituído arguido no caso Galpgate", *Sábado*, 18/08/2017.

³¹ "Galpgate. Perguntas e respostas para perceber a polémica" (rtp.pt) *RTP Notícias*, 10/07/2017.

³² "Caso Galp: rejeitada a suspensão do processo que envolve ex-governantes", *Notícias ao Minuto*, 14/12/18.

³³ "Ministério Público acusa 18 arguidos no caso das viagens ao Euro 2016 pagas pela Galp" - Economia - *Jornal de Negócios* (jornaldenegocios.pt), 10/05/2019.

³⁴ "Galpgate: deputados aceitam pagar multa para evitar julgamento", *Sábado*, 09/01/2020.

³⁵ <https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/conselho-de-administracao>

³⁶ "Américo Amorim escapa a julgamento", *Público*, 30/09/2020.

de 77.750 contos e respetivos juros a contar desde 1987. No ano seguinte foi deduzida acusação contra o empresário, dois gestores e seis empresas do grupo tendo por base a utilização alegadamente fraudulenta de cerca de meio milhão de contos (2,5 milhões de euros) de subsídios para formação profissional entre os anos de 1985 a 1988. As verbas destinavam-se à formação de jovens sem qualificação profissional, sendo que muitos dos inscritos nesses cursos eram já trabalhadores das empresas do Grupo. O processo teve vários recursos e estendeu-se durante vários anos, pelo qual passaram cinco magistrados. Passados quase dez anos havia a possibilidade do caso prescrever, mas ainda assim o Tribunal Constitucional decidiu que o julgamento haveria de iniciar-se em abril de 2000. O longo conjunto de documentos apresentados pelos advogados de AA fez com que a audiência fosse adiada para novembro. Passados onze anos e depois de vários trâmites processuais o caso prescreveu, tendo sido arquivado.

Lançada no final de 2005, a operação Furacão tinha como objetivo investigar as empresas que enganaram o fisco com faturas falsas, evasão fiscal e branqueamento de capitais através de sociedades sediadas em paraísos fiscais (*offshores*). O Jornal *Público*³⁷ noticia que, no âmbito desta operação, o Grupo Amorim foi alvo de buscas e investigado por utilização de faturação falsa, em sociedades ligadas à área comercial e produtiva e ao sector imobiliário, através da empresa espanhola Chamartin (antiga Amorim Imobiliária) e a Amorim Negócios Internacionais. AA declarou que as buscas incidiram sobre o relacionamento do grupo com uma empresa do Banco Espírito Santo (BES), e que os factos teriam ocorrido há mais de dez anos. A empresa integrante do BES tratava-se da Erger, de aconselhamento na área do planeamento fiscal e teve contratos de fornecimento de serviços com o Grupo Amorim - Investimentos e Participações. O mesmo jornal informa que, desde que a operação foi lançada pelas autoridades, muitos dos envolvidos optaram pelo pagamento de valores em dívida ao fisco, num total de 50 milhões de euros³⁸. Do conjunto das 51 empresas envolvidas, 47 aceitaram pagar ao estado as dívidas acrescidas de juros, evitando dessa forma uma acusação formal de fraude fiscal, tendo o Grupo Amorim pago 3,7 milhões de euros para regularizar a situação fiscal, suspender o processo e dá-lo como encerrado³⁹.

³⁷ “Américo Amorim escapa a julgamento”, *Público*, 30/09/2020.

³⁸ “Grupos Amorim e Chamartin na rede operação Furacão”, *Público*, 19/06/2008, 0:00.

³⁹ “Américo Amorim 1934-2017: como o rapaz que gostava de geografia se transformou no empresário mais rico do país”, *Expresso*, 13/07/2017.

“Os esquemas permitiram à sociedade Amorim Imobiliária obter “uma vantagem indevida, em sede de IRC não pago, no montante de 240.728 euros, e em sede de IVA não liquidado, no montante de 235.643 euros”.

“O esquema passava por criar sociedades de fachada na Irlanda e Reino Unido que apenas serviam para emitir faturas relativas a mercadorias - na maioria inexistentes e noutros casos com o valor muito empolado - compradas pelas empresas nacionais. Estas pagavam às sociedades que funcionavam como testas-de-ferro os valores faturados e registavam as faturas falsas na sua contabilidade como custo, diminuindo assim o lucro sujeito a imposto. O dinheiro recebido pelas sociedades de fachada era depois transferido para contas bancárias de outras sociedades entretanto criadas em zonas offshore e das quais eram últimos beneficiários os gestores das empresas clientes (Público, 22/10/2015).

Os exemplos apresentados do envolvimento do Grupo Amorim com a justiça têm apenas o propósito de demonstrar como a elite do poder tem mecanismos próprios para sair ilesa de qualquer situação adversa à legalidade, ainda que complexa, desde que tenha os meios próprios.

3.2.1. A concentração do poder económico

Se até 1974 existiam grandes Grupos Económicos, pertencentes às famílias Mello e Champalimaud, com uma forte base industrial, ou grupos financeiros com investimentos industriais como por exemplo o Grupo BES (da família Espírito Santo), o Grupo BPA (de Cupertino de Miranda), Grupo BNU; e ainda outros grupos industriais como o Grupo SACOR, Grupo Sociedade Central de Cerveja, Grupo Conde de Caria; o Grupo Amorim ainda não se inseria nesse conjunto, e, por isso, não foi alvo das nacionalizações que daí advieram. Embora a Corticeira Amorim fosse já a empresa líder no setor, não fazia parte do mesmo calibre das antigas empresas de Champalimaud, de Pinto de Magalhães, Cupertino de Miranda ou Espírito Santo, a título de comparação.

Hoje o Grupo Amorim é uma multinacional, dominante na produção mundial de cortiça, e com posições determinantes em outros setores de atividade. Entre as categorias de Grupos Económicos encontramos grupos financeiros com origem na indústria; grupos com origem na finança e de base industrial; e outros grupos industriais; o predomínio pertencia a empresas de base industrial como condição de sucesso aliado à aquisição de uma sólida estrutura financeira (Louçã, Costa, e Lopes, 2014: 87).

É ainda de salientar que as empresas do Grupo Amorim são controladas pela família, ou seja, é um grupo de domínio familiar, significando que nessa organização estrutural é a

família Amorim que controla mais do que uma empresa, seguindo um esquema piramidal (Rocha, 2021). Aliás, a holding de topo Amorim Investimentos e Participações é detida hoje praticamente na totalidade pela família Amorim. Os direitos de voto na Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. são integralmente detidos por duas sociedades, a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (50%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%). O capital social e direitos de voto das duas sociedades, é detido, respetivamente, direta e indiretamente (através da Oil Investment, B.V.) por Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da segunda, por António Ferreira de Amorim, mulher e filhos de Amorim)⁴⁰, enquanto que em 1992 controlavam 70%⁴¹.

Com as nacionalizações para o “Grupo Estado” (Rosa, 2014), no período pós 25 de Abril, esses 3 grupos foram desagregados. Mais tarde, com as primeiras alterações constitucionais, no governo de Cavaco Silva (1985-1995), as privatizações começam a ter lugar, num processo de transferência de propriedade, acelerado pelos governos de António Guterres (1995-2002). No entanto, se as empresas de AA não foram privatizadas, as privatizações na banca vieram a proporcionar-lhe participações em algumas instituições bancárias, conferindo-lhe a diversificação da acumulação de capital, através da entrada no setor, o que sucedeu a partir de 1977, com a criação da Sociedade Portuguesa de Investimentos, que veio dar origem ao Banco Português de Investimento. O alegado objetivo da operação de privatizações em curso era o da redução da dívida. Porém, o valor de receitas atualizado a preços de 2010, correspondia a 46 mil milhões de euros. Diretamente, a dívida pública crescia 623% (Louçã, Costa, e Lopes, 2014: 96). Depois do 25 de Abril, embora as características dos grupos económicos sejam diferentes, *o peso de algumas famílias nas participações qualificadas é ainda muito importante ou mesmo dominante* (Rosa, 2014: 179).

Sendo que é no período democrático que se dá a ascensão económica do Grupo Amorim, por via da diversificação dos negócios e da internacionalização do seu capital, pela participação na banca (privatizada), por *joint ventures*, e com a aquisição da GALP (negócio crucial para o aumento da fortuna de AA e da sua família, uma vez que a empresa é única no setor e estratégica para a economia nacional).

3.2.2. Influências políticas e relações políticas

⁴⁰ Estrutura Acionista - Investidores - Ação Corticeira Amorim - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

⁴¹ “Américo Amorim: o fazedor de impérios que gostava de dinheiro”, *Eco Sapo*, 14/07/2017.

O relacionamento institucional entre os grandes grupos económicos, e, por sua vez, os seus dirigentes, os diversos agentes políticos e demais grupos como as grandes firmas de advogados, é um elemento fulcral da vida das elites (Louçã, Costa e Lopes, 2014). O presente subcapítulo pretende sintetizar a trajetória de relacionamentos pós 1974 até à atualidade, sendo que, para o efeito, foi criado o anexo 2, com membros e ex-membros do governo nas administrações de empresas privadas pertencentes à Galp.

São encontradas ligações empresariais de Luís Filipe Pereira (PSD) ao Grupo Amorim (Louçã, Costa e Lopes, 2014: 144). Assim como de Francisco Luís Murteira e Emílio Rui Vilar (PS) à Galp Energia S.A, e de Luís Todo Bom (PSD) à Galp Energia SPGS S.A. (empresas da Amorim Energia) (*Ibidem*, 2014: 150). Os ex-governantes ou ex-responsáveis políticos nos órgãos sociais das empresas do PSI20 na Galp: Luís Palha da Silva (2 vezes), Fernando Gomes, Carlos Costa Pina (2 vezes), Luís Campos e Cunha, Daniel Proença de Carvalho (2 vezes), Daniel Bessa (*Ibidem*, 2014: 164). Sob a presidência de Freitas do Amaral, Amorim foi um dos parceiros da Petrocontrol, que venceu a primeira fase da privatização da Petrogal em 1992. Vendeu os seus 25% da petrolífera em 1998 aos italianos ENI, com mais-valias de 520 milhões de euros, isentos de impostos por intervenção do ministro Pina Moura, do P.S. (*Ibidem*, 2014: 52). O próprio Pina Moura, que ocupou o cargo de Ministro da Economia e Finanças no Governo de Guterres, e de deputado no governo de Sócrates, foi presidente do conselho de administração da IBERDROLA Portugal, que acumulou com o cargo na IBERDROLA e na Media Capital, empresas controladas por grupos económicos espanhóis (Rosa, 2014: 146). Em 1996, o Banco do Fomento Exterior é privatizado, tendo AA sido preterido em favor do BPI. AA telefonou a António Guterres, ameaçando-o com ações judiciais. Ao que o Primeiro-Ministro revelou publicamente que: “A Galp estava mesmo condenada a ficar para Amorim” (Louçã, Costa e Lopes, 2014: 56).

Referindo-se ao carácter de AA, Mónica (1990: 61), escreveu:

“é evidente que Américo Amorim tem muito pouco de comum com a velha direita, patriarca, austera e católica (...). As grandes convicções, políticas ou religiosas, não são o seu forte. Não gostava do Estado Novo, mas nada fez para o derrubar. É católico, mas só ocasionalmente vai à missa (...). Seja como for é um dos grandes vencedores do 25 de Abril”.

Neste encadeamento, Domhoff (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens (2020: 21), salienta como os membros da elite do poder estão divididos em duas fações, os "conservadores sofisticados", a que chama de "conservadores moderados", e os conservadores antiquados e obstinados, a que chama de "ultraconservadores". Essa divisão

entre membros de elite leva a conflitos políticos entre líderes corporativos rivais em algumas questões.

A trajetória de AA permite-nos acompanhar que raramente não esteve envolvido com os principais dirigentes políticos, sejam de direita ou do partido socialista. Em dezembro de 1993, um conjunto de trezentos empresários, onde AA também se inclui, junta-se no Porto para demonstrar o seu apoio a Mira Amaral (PSD), então Ministro da Indústria e Energia⁴². Tendo, apenas a título de exemplo, apoiado a candidatura de Luís Filipe Menezes, em 2014, e a de Cavaco Silva, em 2006, além da ligação expressa com os diversos dirigentes do PSD e do PS (ver supra).

AA apoiou candidaturas políticas, através da doação de contribuições financeiras a diversas campanhas, assim foi com o apoio e doação a Cavaco Silva e Mário Soares, em 2006. A candidatura formalizada de Cavaco entregue à Presidência da República, contava com uma lista de proeminentes nomes, entre os quais o de Américo Amorim⁴³. Após o 25 de Abril, AA manteve relacionamentos com membros de todas as legislaturas da Assembleia da República, bem como com todas as governações desde então. De Mário Soares a António Costa, passando pelos governos de Cavaco Silva, António Guterres, José Sócrates e Pedro Passos Coelho. Diversos ministros influenciaram as políticas e medidas que visaram o desenvolvimento da indústria e banca portuguesas que tiveram particular enfoque na trajetória de Américo Amorim e nos negócios da família, como Joaquim Ferreira do Amaral, ex-ministro Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Manuel Pinho, ex-ministro da economia e inovação, António Mexia, ex-ministro das obras públicas, transportes e comunicações, Joaquim Pina Moura, ex-ministro da economia e Luís Mira Amaral, ex-ministro da indústria e energia. Dos nomes citados, e apenas para referir antigos ministros, três deles (ver anexo 2), ocuparam cargos em empresas do Grupo Amorim. Os nomes citados estiveram diretamente envolvidos na privatização da GALP (Castaño, Fonseca, Lains e Marcos, 2017).

⁴² “Empresários apoiam Mira Amaral”, *RTP Arquivos*, 07/12/1993.

⁴³ “Cavaco aceita líderes do PSD e PP”, *Diário de Notícias*, 15/12/2005.

CONCLUSÃO

Neste estudo procurámos compreender a relação entre elites económicas e políticas, de que forma o seu relacionamento institucional poderia permitir a constituição e formação de membros de elite. Desta forma, será seguro afirmar, que quanto à amostra do estudo (o primeiro objetivo inerente) as fontes se mostram seguras e fidedignas, através do Relatório Metodológico WED. Este ponto é importante, uma vez que se colocam alguns entraves à observação e análise desta temática, pois as elites são pouco estudadas e existem poucos dados sobre as mesmas, assim como há uma quase uma inexistência de observatórios científicos que nos permitam inferir sobre elas. É por esse motivo que se optou pelo presente estudo de caso, e que se partiu da análise de arquivos e outras fontes documentais.

Procurando responder à pergunta basilar de como a elite económica e elite política se diferenciam da elite do poder, podemos entender que, embora tenham propósitos específicos diferenciados, uma vez que a primeira procura sobretudo a acumulação e a gestão da riqueza (embora tenha impactos socioeconómicos relevantes como o emprego de um número considerável de indivíduos), e a elite política concentra o seu foco no controlo do governo e da administração pública. Do ponto de vista da elite do poder, é formada pela elite económica e política que, não tendo uma influencia paralela, concentram esforços para trabalhar em conjunto, criando relações de interdependência e estruturas comunicantes de circulação entre umas e outras. A coesão e a competição são para Mills, características da elite do poder (Denord, Lagneau-Ymonet e Laurens (2020: 21). Isto é válido para os dois períodos históricos observados. A este aspeto, Caeiro, refere:

“A elite do poder essencialmente tripartida (militares, religiosas e económicas) manteve-se de forma constante ao lado do regime do Estado Novo, mas não deixou de estar ao lado do poder que resultou da implantação da democracia. E ainda que a preponderância tenha sido sempre do poder económico, o certo é que as restantes se mantiveram dentro do círculo de controlo do poder político com grande evidência” (Caeiro, 2004: 533).

Relativamente à investigação no capítulo “Trajetórias”, quanto à beneficiação do regime político pelo económico e vice-versa, observa-se, no período democrático, à primeira alteração à Constituição da República Portuguesa, em 1982, que flexibiliza e liberaliza o sistema económico. É através do iniciar de privatizações ocorridas a partir de 1989, que Portugal privatizou um largo conjunto de empresas de setores estratégicos, nacionalizados poucos anos antes.

É com o governo de Cavaco Silva que se inicia em Portugal um robusto programa de privatizações das empresas nacionalizadas e de reconstituição dos grupos económicos e financeiros, que resultou numa maior concentração da riqueza e do rendimento (Rosa, 2014). É também nesta governação que Portugal adere à Comunidade Económica Europeia.

Outros mecanismos como a legislação nas áreas económicas, fiscais e laborais foram criados e aperfeiçoados de modo a beneficiar diretamente os grandes grupos económicos, como o Estatuto de Benefícios Fiscais (Rosa, 2014).

Voltando ao Grupo Amorim, a estratégia adotada assenta na integração vertical e diversificação, não só no setor da cortiça, mas na banca, energia, imobiliário, vinhos, turismo e luxo. No setor da cortiça, é a única multinacional líder tanto nacional como internacionalmente. Por fim, a centralização do capital. Em 2012, a família Amorim, através de várias empresas, controlava cerca de 82% do capital desta empresa. Em 2022, sucede que a família controla 71,406% do capital da empresa⁴⁴, sendo os remanescentes 28,594% *freefloat*, ou seja, ações livres para serem vendidas ou compradas na bolsa de valores. É no conjunto destes elementos que, ao longo de uma história com 150 anos, o Grupo Amorim surge no panorama português como um grande grupo económico, alicerçado na manutenção da centralidade da família no grupo, para a reprodução de uma grande fortuna portuguesa que permite, mesmo depois da morte do fundador, através do património herdado que os seus familiares figurem como os indivíduos mais ricos e influentes do país, sendo Fernanda Amorim a única personalidade no ranking americano da Forbes. Através da trajetória de Américo Amorim constatamos que o processo de sucessão dos negócios do Grupo Amorim foi semelhante ao encetado na década de 60. Outrora, AA fez uma sociedade com os irmãos e com o tio fundador da empresa, Henrique Amorim. Em 2011, AA passou o negócio da cortiça ao sobrinho, António Rios de Amorim, e a filha Paula Amorim ficou com ele na Galp, até este sair dos corpos de direção, em 2016.

As políticas públicas vigentes, mesmo em momentos diferenciados da contemporaneidade foram, e são, determinantes para a criação dessa elite, bem como a subordinação e mobilidade entre agentes políticos e económicos. A elite económica beneficia do poder político vigente para se manter no topo da hierarquia social, e vice-versa, uma vez que as decisões políticas fundamentais têm sido condicionadas pelos seus interesses (Rosa, 2014: 149).

⁴⁴ https://www.amorim.com/xms/files/Investidores/Relatorio_Anual/Amorim_RC22_PT_Completo.pdf

Ainda quanto aos dois períodos observados, utilizando palavras do próprio AA, a sua atividade económica em Portugal foi marcada por três ciclos: o do *condicionamento industrial*, - para se referir ao Estado Novo, a *revolução de 1974*, e *aquele que incidiria sobre a globalização*: (...) *A dinâmica é imparável e não vale a pena viver no fatalismo. É um processo sem regresso. Temos de encontrar nichos de mercado para a excelência* (Mónica, 2018: 268). Estes três ciclos sintetizam de modo inequívoco os três períodos históricos que atravessou. Inicialmente, com a política do Estado Novo, a partir de um conjunto de princípios de apoio aos Grupos Económicos, cujo pressuposto era a regra legal do condicionamento industrial, *através da qual, o Estado limitava o acesso à estrutura económica de todos aqueles que não julgava convenientes, mas também protegia aqueles que se integravam no sistema preconizado* (Caeiro, 2004: 527). Para Caeiro, o fortalecimento desses Grupos esteve sempre inter-relacionado com essa lei que reprimia a concorrência, e mantinha situações de monopólio em todos os setores da economia. Por isso, podemos citar Piketty (2014: 41): *a história da distribuição da riqueza é sempre uma história profundamente política*.

A bisneta do corticeiro que, em 1870, montara uma oficina na Norte movia-se à vontade entre os círculos da antiga nobreza, escreve Mónica (2018: 269) para se referir à ascensão social da família Amorim, vinda da média burguesia enquanto industriais do Norte do país. A citação deriva do facto de a filha Paula Amorim se ter casado, em 2012, com Miguel Bleck Guedes de Sousa, outrora ligado a uma das famílias aristocráticas nacionais. Além do poderio económico que a família conquistara proveniente do monopólio erigido em torno da cortiça e da energia, a mobilidade social da família é, assim, à presente data, a principal consequência da sua trajetória social, que o avô de AA, Américo Alves de Amorim, pequeno industrial nortenho estaria longe de prever.

BIBLIOGRAFIA

- Botelho, Maria do Carmo, Nunes, Nuno, Pereira, Jéssica, Vasconcelos, Pedro, Pires, Rui Pena, Vale, Sofia, Casinhas, Luís, Egas, Andreia, Casa Nova, Pedro, Gomes, Orlando, Santana, Dulce and Honório, Jorge. (2024). World Elite Database (WED) Methodological Report: Construction of the Economic Elite Population for Portugal”, Version 2024.1.
- Bourdieu, Pierre (2006 [1979]), *A Distinção, Crítica social do julgamento*, 1.^a edição, Porto Alegre, Editora Zouk.
- Bourdieu, Pierre (1998), *A economia das trocas simbólicas*, 5.^a edição, São Paulo, Perspectiva.
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods*, Oxford University Press;
- Caeiro, Joaquim Croca (2004), *Elites e Poder: Os Grupos Económicos em Portugal*, Editor CESDEST/ISSL, Lisboa;
- Castaño, David, Fonseca, Ana Mónica, Lains, Pedro, Marcos, Daniel (2017), *Os Petróleos em Portugal. Do Estado à Privatização 1937-2012*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Coelho, Carla Sofia (2012), *Entrepreneurial Learning e Liderança: a Expansão do Grupo Amorim*, Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Cousin, Bruno, Khan, Shamus e Mears, Ashley (2018), Theoretical and methodological pathways for research on elites, em *Socio-Economic Review*, 2018, Vol. 16, No. 2, 225–249.
- Cruz, Manuel Braga da (2001), *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos (antologia de textos)* (3.^a edição). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Denord, François, Palme, Mikael e Réau, Bertrand (2020), “Introduction”, em F. Denord *et al.* (eds.), *Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses*. Methodos Series 16, Springer Open. OK
- Glucksberg, Luna (2018), “Gendering the elites. An ethnographic approach to elite women’s lives and the reproduction of inequality”, em Olav Korsnes *et al.* (eds.), *New Directions in Elite Studies*, Routledge. OK
- Heilbron, Johan *et al.* (2018), “Introduction”, em Olav Korsnes *et al.* (eds.), *New Directions in Elite Studies*, Routledge. OK
- Hey, Ana Paula, Grimaldi-Christensen, Anna and Savage, Mike (2017), *Elites in the UK: new approaches to contemporary class divisions*, em *Tempo Social*, 29 (3). pp. 161-179. ISSN 1809-4554. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/87713/1/Savage_Elites%20in%20the%20UK.pdf, consultado a 16 de julho de 2024.

- Denord, François, Lagneau-Ymonet, Paul e Laurens, Sylvain (2020), “The Power Structure and Affiliation Network Analysis. An Interview with G. William Domhoff”, em F. Denord *et al.* (eds.), *Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses*. Methodos Series 16, Springer Open.
- Savage, Mike e Nichols, Georgia (2018), “Theorizing elites in unequal times. Class, constellation and accumulation”, em Olav Korsnes *et al.* (eds.), *New Directions in Elite Studies*, Routledge. OK
- Lunding, J.A., Ellersgaard, C.H., Larsen, A.G. (2020), “The Craft of Elite Prosopography”, em F. Denord *et al.* (eds.), *Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses*. Methodos Series 16, Springer Open.
- Louçã, Francisco, Lopes, João Teixeira e Costa, Jorge (2014), *Os Burgueses*, Lisboa, Bertrand Editora;
- Mills, C. Wright (1956), *A Elite do Poder*, Rio, Zahar Editores;
- Mills, C. Wright (1982 [1959]), *A Imaginação Sociológica*, 6.^a edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Mónica, Maria Filomena (1990), *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Mónica, Maria Filomena (2018), *Os Ricos*, 6.^a Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Montagner, Miguel Ângelo (2007), “Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana”, em *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.º 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.
- Palme, Mikael e Réau, Bertrand (2020), “A Sociology of the Dominant Class. An Interview with Monique Pinçon-Charlot and Michel Pinçon”, em F. Denord *et al.* (eds.), *Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses*. Methodos Series 16, Springer Open. OK
- Piketty, Thomas (2014), *Capital no Século XXI*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores.
- Pires, Leonardo Aboim (2020), “Estado, cultura de mercado e regulação de interesses: o condicionamento industrial e o setor agroalimentar em Portugal, 1937-1974”, em *Ler História*, 76. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/6712>, consultado em 11 de agosto 2024.
- Rocha, Rui (2021), *Caracterização das 100 maiores empresas portuguesas*, Dissertação de Mestrado em Análise Financeira, Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Rosa, Eugénio (2014), *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no Contexto da Globalização*, Lisboa, Página a Página.
- Salmon, Pierre (1979 [1976]), “O método crítico”, em *História e Crítica*, Coimbra, Livraria Almedina.

Torres, Jorge Mano (2018), “As resistências à organização corporativa portuguesa: a perspectiva regional do Instituto Nacional do trabalho previdência”, em Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/27225/18792>, consultado em 13 agosto de 2024.

Wesolowski, Wlodzimierz (1977), *Classes, Estratos e Poder*, Amadora, Novo Curso Editores.

Zucman, Gabriel (2015 [2013]), *The Hidden Wealth of Nations. The Scourge of Tax Havens*, Chicago and London, The University of Chicago Press.

Outras fontes:

Assembleia da República, Site oficial da Assembleia da República, “As legislaturas da Assembleia da República”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/dias-democracia-art4.aspx>, consultado em 15 de setembro de 2024.

Assembleia da República, Site oficial da Assembleia da República, “Governos Portugueses, Composição e Legislação”. Disponível em: <https://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Publicacoes/Temas/32.GovernosPortugueses/32.pdf>, consultado a 16 de setembro.

Banco de Portugal, Banco Pinto & Sotto Mayor. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=18307>, consultado em 14 de agosto de 2024.

Corticeira Amorim – Site oficial da Corticeira Amorim. “Gerhard Schiesser: Tenho dois corações, um austríaco e um português”. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/media/noticias/gerhard-schiesser-tenho-dois-coracoes-um-austraco-e-um-portugues/2189/>, consultado em 05 de setembro.

Corticeira Amorim – Site oficial da Corticeira Amorim. “Estrutura Acionista” Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/acao-corticeira-amorim/estrutura-acionista/>, consultado a 25 de agosto de 2024.

Corticeira Amorim – Site oficial da Corticeira Amorim. “Um Grande Capitão da Indústria”. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/media/amorim-news/um-grande-capitao-da-industria/1665/>, consultado em 17 julho de 2024.

Corticeira Amorim – Site oficial da Corticeira Amorim. “Marcos Cronológicos”. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/familia/marcos-cronologicos/>, consultado a 12 de agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Decreto n.º 19409, de 4 de março. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/19409-1931-211620>, consultado em 26 agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Decreto-Lei n.º 261-A/99, de 7 de julho. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/261-a-435052>, consultado em 28 de agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Lei n.º 46/77, de 8 de julho. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-250456>, consultado em 29 de agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Decreto-Lei n.º 51/84, de 11 de fevereiro. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/51-660692>, consultado em 17 de agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Portaria n.º 258/85, de 9 de maio. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/258-152346>, consultado em 16 de agosto de 2024.

Diário da República, Site oficial do Diário da República. Lei Geral Tributária - Artigo 63.º-D. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1998-34438775-114484998>, consultado em 27 de julho de 2024.

Galp, Site oficial da Galp, “Investidores Galp – Estrutura acionista | Galp”. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/informacao-ao-acionista/estrutura-acionista>, consultado em 11 de setembro de 2024.

Galp, Site oficial da Galp, “Conselho de Administração”. Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/conselho-de-administracao>, consultado em 12 de julho de 2024.

Grupo Amorim, Site oficial do Grupo Amorim. Quatro Gerações, Um Destino: A Excelência. Disponível em: <https://www.amorim.com/pt/familia/grupo-amorim/>, consultado a 17 de agosto.

Forbes Portugal. Disponível em <https://www.forbespt.com/saiba-quem-sao-os-50-milionarios-portugueses/>, consultado em 13 de agosto de 2024.

Museu de Lamas, Site oficial do Museu de Lamas. “Henrique Alves Amorim (1902-1977)”. Disponível em <https://museu.colegiodelamas.com/index.php/museu/museu-de-memorias>, consultado em 29 de julho de 2024.

Pordata, Produto Interno Bruto. Disponível em:
<https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/crescimento-e-productividade/produto-interno-bruto-pib>, consultado em 30 agosto de 2024.

World Elite Database, Site oficial do WED. Disponível em:
<https://worldelitedatabase.org/methodology/>, última consulta em 16 de setembro.

Anexo 1: Biografia - Historiografia de Américo Ferreira de Amorim (AA)⁴⁵⁴⁶

1870 - António Alves Amorim (avô de Américo Ferreira de Amorim) abre uma oficina de rolhas destinadas aos barris do Vinho do Porto, em Gaia. Surge a primeira fábrica em Santa Maria de Lamas para a produção de rolhas.

1922 - É fundada a Amorim & Irmãos, Lda (da qual são sócios os 9 filhos de António Alves Amorim).

1934 - Nascimento de Américo Ferreira Amorim, em Mouzelos (Santa Maria da Feira).

1944 - Dá-se um incêndio que destrói a fábrica de Santa Maria de Lamas, que era já a “maior fábrica de rolhas do Norte de Portugal”.

1953 - AA recebe como herança 2,5% da Amorim & Irmãos. Abandona o Curso Geral do Comércio, no Porto, que então frequentava, para integrar os quadros da empresa. AA e os seus três irmãos entram na direção da empresa Amorim & Irmãos, Lda.

1955/63 - Inicia as suas viagens de negócios até França, seguindo pela Europa, União Soviética e América Latina.

1963 - É fundada a Corticeira Amorim Indústria, de modo a aproveitar os 70% de desperdício gerado pela Amorim & Irmãos no fabrico de rolhas, na Quinta da Melada, em Mozelos. [A cortiça deixa de ser apenas exportada enquanto matéria prima, como era até então, para passar a poder ser exportada como produto transformado, e aumentar assim as margens de lucro].

1967 - Abertura de uma unidade de isolamentos em Silves (Corticeira Amorim Algarve).

1969 - AA e os irmãos ficam com a totalidade da Amorim & Irmãos, tendo comprado os 40% detidos pelos primos, e recebido dos tios as restantes ações.

1972 – AA Começa a comprar herdades no Alentejo.

1977 - AA e os irmãos passam a ser os únicos donos da Corticeira, em virtude da morte do tio Henrique Amorim.

- É promulgado o decreto que autoriza a criação de sociedades financeiras não bancárias, por parte de particulares.

- Participa na criação da Sociedade Portuguesa de Investimentos, que veio dar origem ao Banco Português de Investimento.

⁴⁵ Um grande capitão da indústria - Amorim News Detail - Media - Amorim News - Corticeira Amorim, Líder Mundial Setor Cortiça

⁴⁶ Mais de 140 anos de história, História, Grupo Américo Amorim - Grupo Américo Amorim - Cortiça, Floresta, Financeira, Energia, Imobiliária, Luxo (grupoamericoamorim.com)

1978 - É criada a Ipocork - Indústria de Pavimentos e Decoração, S.A. [área pouco desenvolvida então, destinada à produção de revestimentos em cortiça, investimento estratégico destinado a clientes de luxo].

1981 - É fundada a Sociedade Portuguesa de Investimentos, SPI (hoje Banco Português de Investimento, BPI).

1982 - É criada a empresa Champcork - Rolhas de Champanhe, S.A., destinada exclusivamente à produção de rolhas de champanhe e vinhos espumosos.

1983 - A iniciativa privada é autorizada a atuar nos setores bancário e segurador.

- Construção de duas fábricas de preparação de matéria-prima (Ponte de Sôr e Coruche).

1984 - A Corticeira é agraciada com o Troféu Internacional de Qualidade.

- Implementação da Hungarokork-Amorim, em Budapeste;

- É fundado o Banco Comercial Português, BCP.

1986 - Investe no BCP.

1987 - Criação da Portotel (que implementou a cadeia Novotel), e ainda a Portis (responsável pelos Hotéis Ibis).

- *Joint venture* com o Grupo Accor.

- Aquisição da Herdade do Peral.

1988 - As maiores empresas da Corticeira Amorim: Amorim & Irmãos, Corticeira Amorim Indústria, Ipocork e Champcork lançam uma oferta pública de venda de ações representativas do seu capital social na Bolsa de Valores de Lisboa, contribuindo para que a empresa se torne numa referência empresarial do país.

- Entrada no mercado de capitais.

1989 - O Grupo Amorim cria a Inogi (gestão de ativos imobiliários), juntamente com a ISM; - Aquisição da Quinta do Mosteiro de Grijó.

1990 - Criação do Banco Nacional de Crédito Imobiliário (BNC).

1991 - Entra como um dos principais acionistas fundadores da empresa de telecomunicações Telecel, em virtude do concurso público aberto pelo governo português. [Em 1996 vende a sua parte, que lhe rendeu 100 milhões de euros, quando a sua participação lhe custou 15 milhões de euros].

1992 - É criada a Amorim Empreendimentos Imobiliários.

1995 - Participação no consórcio para a compra da Petrogal.

1999 - Constituição da Holding Natureza SGPS, que integrava as marcas Quinta Nova, Burmester e Gilberts.

2003 - Entrada no capital do Banco Popular Espanhol.

2005 - Criação da Amorim Energia e aquisição de um terço da Galp Energia.

- Criação do Banco BIC Angola.

2007 - Entrada nos Bens de Luxo e participação no capital da Tom Ford International.

- Constituição da Imobiliária Angola.

2008 - Criação do Banco BIC Português.

- Criação da Imobiliária Brasil.

2011 - Criação do Banco Único em Moçambique.

2012 - Entrada no capital do Banco Luso Brasileiro.

- Reforço da participação na Galp Energia.

2017 – Morte de Américo Ferreira Amorim.

Anexo 2. Ex-membros do governo e ex-deputado nas administrações de empresas do Grupo Amorim (e outras)

	Nome	Cargo Político Ocupado	Cargo que ocupa ou ocupou no setor privado antes ou depois de estar no governo
1	Adolfo Mesquita Nunes	Secretário de Estado do Turismo, governo de Pedro Passos Coelho.	Vice-presidente do Conselho de Administração da Galp.
2	António Mexia	Ministro Obras Públicas, Transportes e Comunicações, governo de Santana Lopes.	Presidente da EDP, antes do BES, Gás Portugal e Transgás, Vice-presidente e Presidente da Galp Energia.
3	Carlos Costa Pina	Secretário de Estado do Tesouro de Finanças, governo de José Sócrates.	Administrador executivo da GALP Energia.
4	Daniel Bessa	Ministro da Economia, governo de António Guterres.	Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia e vogal da Administração Finibanco, SGPS.
5	Daniel Proença de Carvalho	Ministro da Comunicação Social, governo de Carlos Mota Pinto.	Presidência CA da Cimpor, presidência da Assembleia-Geral da Galp Energia, Socitrel e Renova. Vogal da Comissão de Remunerações do Banco Espírito Santo.
6	Eduardo Oliveira Fernandes	Secretário de Estado adjunto, Ministro Economia para Energia e Inovação, governo de António Guterres.	Membro Conselho de Administração da Galp.
7	Emílio Rui Vilar	Ministro dos Transportes e Comunicações, governo de Mário Soares.	Presidente do CA da Caixa Geral de Depósitos, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Galp. Presidente do Conselho de Gestão do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.
8	Fernando Gomes	Presidente da CM do Porto e Ministro da Administração Interna, governo de António Guterres.	Administrador executivo da Galp Energia
9	Joaquim Ferreira do Amaral	Ministro de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, governo de Aníbal Cavaco Silva.	Presidente da Lusoponte, como ministro negociou a concessão de todas as pontes a jusante de Vila Franca de Xira à Lusoponte. Presidente não executivo do Conselho de

			Administração da Galp (nomeado diretamente pelo governo).
10	Joaquim Pina Moura	Ministro da Economia e Finanças, governo de Guterres e deputado do governo de José Sócrates.	Presidente do CA da IBERDROLA Portugal que acumulou com os cargos na IBERDROLA e Media Capital. Vogal do Conselho de Administração Galp Energia.
11	Francisco Murteira Nabo	Ministro do do Equipamento Social, governo de Governo António Guterres.	Presidente CA Galp Energia.
12	Franquelim Alves	Secretário de Estado Economia, governo de Durão Barroso.	Administrador executivo Galp
13	Jorge Borrego	Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, governo de Santana Lopes.	Presidente Galp Power. Membro CA Galp
14	Luís Campos e Cunha	Ministro das Finanças, governo de José Sócrates.	Grupo Banif. Membro Conselho de Administração Galp Energia.
15	Luís Filipe Pereira	Ministro da Saúde, governo de Durão Barroso.	Presidente da Comissão Executiva da EFACEC (antes de ir para o governo era Presidente do CA da CUF), membro do Conselho de Administração da GALP. Vice-Presidente Conselho de Administração da EDP e da Quimigal Adubos. Administrador não executivo do Banco Mello.
16	Luís Palha da Silva	Secretário de Estado do Comércio, governo de António Guterres.	Administrador da Jerónimo Martins, Administrador Galp Energia.
17	Luís Todo-Bom	Secretário de Estado da Indústria e Energia, Governo de Aníbal Cavaco Silva.	Administrador CAIMA, Vogal do Conselho de Administração Galp Energia.

Fonte: *Os Grupos Económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização e atualização da estudante.*